



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

PRISCILA GLEYCE NUNES NOBRE

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA POR IDOSOS:

Um estudo sobre a autoconstrução na baixada de Belém.

Belém

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

N897r Nobre, Priscila Gleyce Nunes
A Representação social da moradia por idosos: um estudo sobre a autoconstrução na baixada de Belém / Priscila Gleyce Nunes Nobre. – Belém, 2013.
109 f.
Inclui bibliografias.

Orientadora Heliana Baía Evelin Soria
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2013.

1. Idosos 2. Habitação.3. Qualidade de vida - Idosos I. Soria, Heliana Baía Evelin, orient. II. Título.

CDD: 23 ed. 305.26

Bibliotecária - Documentalista: Creuza Andréa Santos – CRB/2 1352

PRISCILA GLEYCE NUNES NOBRE

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA POR IDOSOS:

Um estudo sobre a autoconstrução na baixada de Belém.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Heliana Baía Evelin Soria.

**Belém
2013**

PRISCILA GLEYCE NUNES NOBRE

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA POR IDOSOS: um estudo sobre a autoconstrução na baixada de Belém.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Heliana Baía Evelin Soria.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Heliana Baía Evelin Soria (PPGSS/UFPA)

Prof^a Dr^a Neila Barbosa Osório (PPGE/UFT)

Prof^a Dr^a Joana Valente Santana (PPGSS/UFPA)

Data: 29 de agosto de 2013

**Belém
2013**

Dedico este trabalho e mais uma vez e sempre a
minha amada mãe Selma Nunes Nobre, que hoje dividirá
esta dedicatória com meu melhor presente, que também é
fruto seu: meu filho, seu neto.

Agradecimentos

Hoje, mais uma vez me vejo na missão de concluir um trabalho acadêmico e tendo que iniciar o texto com os agradecimentos, o que muito me emociona. Então, vamos lá!

Agradeço primeiramente a Deus por me possibilitar a entrada e a conclusão no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Agradeço ainda a Virgem de Nazaré, que em todos os momentos de minha vida me faz sentir amparada, revigorando assim, o dia a dia.

Agradeço a UFPA que por mais este momento me oportunizou o ensino público digno e de extrema qualidade.

Em especial agradeço a minha querida orientadora Heliana Baía Evelin Soria, que com seus olhares atentos e competentes me orientou nesta caminhada.

Agradeço também a todos os colegas, servidores e professores do PPGSS-UFPA pela parceria, pelo auxílio e pelas contribuições. Agradeço, em especial, a Mayra (bolsista do Luamim) que colaborou comigo na aplicação das enquetes na Pedreirinha.

Agradeço desde já às avaliadoras deste trabalho: Prof^a. Neila Barbosa Osório e Prof^a. Joana Valente Santana. Abro este espaço a elas, pois em relação a primeira, tive a satisfação de ouvi-la algumas vezes falando sobre os temas que nutrem o seu fazer profissional, entre eles: a velhice, o velho e o envelhecimento, e que num destes momentos surgiu o desejo de tê-la compondo a banca de avaliação deste trabalho, e de pronto tive a resposta positiva e a sinalização de que seria um prazer contribuir com este estudo. Já a segunda, além de ver meu crescimento acadêmico, profissional e até pessoal muito ligado a ela, pude obter contribuições e sua atenção, sempre que foram solicitadas ao longo da construção deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Rui Guilherme Silva Nobre e Selma Nunes Nobre por todo o esforço, batalha e dedicação dispensadas para eu poder

chegar a este momento. Minha irmã que sempre esteve ao meu lado e na torcida. Minha avó, por sempre vibrar com minhas conquistas. Ao Antonio que desde que nos conhecemos sempre me incentivou e me fez perceber seu orgulho por meu crescimento. Ao nosso Bebê que, mesmo na barriga, já me estimula a querer fazer sempre o melhor de mim.

Aos queridos moradores da Pedreirinha em geral, mas em especial aos idosos que contribuíram com suas ricas narrativas, histórias de vida e prosas boas para este estudo.

Sem cada contribuição desta, este estudo com certeza não teria sido possível, por isso agradeço grandemente a todos que de forma direta ou não, muito colaboraram com a conclusão deste trabalho.

De coração, o meu muito obrigada a todos que foram citados acima!

*Antes de mim vieram os velhos
Os jovens vieram depois de mim
E estamos todos aqui
No meio do caminho dessa vida
Vinda antes de nós
E estamos todos a sós
No meio do caminho dessa vida
E estamos todos no meio
Quem chegou e quem faz tempo que veio
Ninguém no início ou no fim
Antes de mim
Vieram os velhos
Os jovens vieram depois de mim
E estamos todos aí.*

Adriana Calcanhoto

RESUMO

A pesquisa demarca a década de 1970, pois este período em conjunto com as duas décadas anteriores (1950 e 1960), consolidou dois fenômenos decisivos para a configuração social, econômica e espacial brasileira: o intenso processo de urbanização experimentado pelo Brasil com a conseqüente consolidação do padrão desenvolvimentista proposto pelo governo federal. Em virtude destes fatores, as baixadas foram a opção viável aos trabalhadores que buscaram fixar moradia em Belém do Pará, impulsionados pelo anseio de melhores condições de vida. Tem, como ponto de referência, a autoconstrução de moradias realizada por idosos. Focaliza a representação social desta ação por 8 sujeitos, hoje idosos, da classe trabalhadora da baixada do bairro do Guamá em Belém do Pará, mais especificamente, da Passagem Pedreirinha, que resguarda sujeitos idosos migrantes entre seus moradores e que permanecem lá desde aquele período. Inicialmente foi aplicada uma enquete em todas as casas da rua para selecionar aquelas que se encontravam dentro do objetivo da pesquisa. Foram visitadas 48 residências com sujeitos respondentes. Destas, 18 onde residiam idosos foram selecionadas. Assim, foram escolhidas as casas, em que na enquete o morador entrevistado informou que a casa era própria e que a construção se deu, ao longo da década de 70, pelo morador hoje idoso. Por fim, foram aplicadas entrevistas a 8 idosos selecionados, utilizando como instrumento para a aquisição dos dados o formulário com a intenção de alcançar informações diretas dos respondentes. Constata que a resistência baseada em ações surgidas de indivíduos ante a emergência de necessidades, sem direção política ou ideológica definida pode, por vezes, comparada às formas tradicionais de luta e resistência, parecer atitude isolada e inoperante para alterações do sistema.

PALAVRAS-CHAVE: Idosos. Moradia. Autoconstrução. Resistência. Representação social.

ABSTRACT

The research marks the 1970s, because this period together with the previous two decades (1950s and 1960s), consolidated two crucial phenomena for setting social, economic and Brazilian space: the intense urbanization process experienced by Brazil with the consequent consolidation of the developmental standard proposed by the federal government. Because of these factors, the lowlands were a viable option for workers who sought to secure housing in *Belém do Pará*, driven by the desire for better living conditions. Have, as a reference point, the self-built housing made by seniors. Focuses on the social representation of this action for 8 subjects, now elderly, working-class neighborhood of the lowland *Guama* in *Belém do Pará*, more specifically, the *Pedreirinha* Passage that protects the elderly migrants between its residents and remain there since that time. Initially a survey was applied in all the houses on the street to select those that were within the scope of the search. 48 homes were visited with subjects respondents. Of these, 18 were selected elderly where they resided. Thus, the houses were chosen, in which the resident interviewed in the survey reported that the house was proper and that the construction took place over the 70, the elderly resident today. Finally, interviews were held to 8 selected subjects, using as instrument for data acquisition in the form with the intention of achieving direct information of the respondents. Notes that the resistance based on actions arising out of individuals before the emergency needs without political or ideological direction set can sometimes compared to traditional forms of struggle and resistance, seem isolated attitude and dead for system changes .

KEYWORDS: Seniors. House. Self. Resistance. Representation social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1:	Carta Imagem do Bairro do Guamá	22
Mapa 2:	Zonas eleitorais de Belém com seus bairros e ilhas	23
Quadro 1:	Respondentes que estavam previamente aptos a participarem da pesquisa (dados coletados após a enquete)	28
Quadro 2:	Perfil sócio demográfico dos sujeitos entrevistados	30
Quadro 3;	Crescimento absoluto, da população brasileira e da Região Norte	58
Quadro 4:	Valores predominantes nos discursos	84
Fotografia 1:	Sr. Raimundo Silva	80
Fotografia 2:	Sr. Gregório Pereira e sua esposa Raquel	81
Fotografia 3:	Sr. Alvimar de Abreu Melo	82

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CAPÍTULO 1- MATERIAIS E MÉTODOS	20
1.2	A ESCOLHA DO LOCUS	20
1.3	OS PASSOS DA PESQUISA	24
2	CAPÍTULO 2 – RESISTÊNCIA COMO ATITUDE DE INTERVENÇÃO SOCIAL NA VIDA COTIDIANA	31
2.1	SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA	31
2.2	A VIDA COTIDIANA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA	33
2.3	AUTOCONSTRUIR COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA	36
3	CAPÍTULO 3 – MIGRAÇÃO E A NECESSIDADE DE MORAR: a ação de autoconstruir na baixada de Belém, na década de 70 do século XX	39
3.1	O DESENVOLVIMENTISMO COMO FATOR IMPULSIONADOR DA MIGRAÇÃO E A CONSEQUENTE OCUPAÇÃO DAS BAIXADAS	39
3.2	AUTOCONSTRUÇÃO COMO ALTERNATIVA	41
3.3	A CIDADE CAPITALISTA E A POLÍTICA PÚBLICA PARA A HABITAÇÃO NOS ANOS 60 E 70	43
4	CAPÍTULO 4 – ENVELHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: Aproximações possíveis.	53
4.1.	VELHICE: UM BREVE HISTÓRICO	53
4.2	UM PANORAMA DA AMAZÔNIA ATUAL	54
4.3	ENVELHECIMENTO E SEUS DESAFIOS	58
4.4	A IMPORTÂNCIA SOCIAL DO ESPAÇO DA CASA	61

4.5	REPRESENTAÇÃO SOCIAL	64
5	CAPÍTULO 5- REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE IDOSOS SOBRE A AÇÃO DE AUTOCONSTRUIR	74
5.1	ADENTRAR A PEDREIRINHA	74
5.2	A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO MORADOR IDOSO DA PEDREIRINHA	76
5.3	A DÉCADA DE 70 E A VINDA PARA A CAPITAL	79
5.4	ANALISANDO MAIS DISCURSOS	84
5.5	MINHA CASA, MEU CANTO, MEU ESPAÇO.	85
5.6	JOÃO DE BARRO ME ENSINA A ARTE DE SER PEDREIRO: Autoconstrução da casa própria.	86
5.7	VIDA E RESISTÊNCIA COTIDIANAS	90
	6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	98
	APÊNDICES	103

1 INTRODUÇÃO

Estudar a questão da moradia em Belém é um projeto que já vem de longo período, uma vez que se iniciou ainda na graduação em Serviço Social, quando, por meio do projeto de pesquisa Serviço Social e Questão Urbana: Requisições Sócio-Profissionais na Contemporaneidade fui bolsista PIBIC/UFGPA, no período de outubro de 2007 a novembro de 2008. Sob orientação da Prof^a. Dr^a. Joana Valente Santana fui apresentada à temática, juntamente com as complexas questões da política urbana. A partir de então, o interesse só cresceu e amadureceu, com a conclusão dos meus estudos da graduação (2010) apresentando o trabalho intitulado “Atuação do Assistente Social em Projetos Habitacionais: Análise da Intervenção Profissional no Projeto Portal Da Amazônia/Orla/Sub-Bacia I” e especialização (2008)¹ com monografia sob o título “Praça da República e seus significados (1902 e 2008) : Calçadas, o Teatro e o Pavilhão de Música”, voltados para a temática das cidades. Contudo, a questão da habitação ainda não havia sido explorada diretamente.

Quanto ao interesse em pesquisar sobre velhice, há muito guardava este desejo, pois além de considerar que possuo grande afinidade por este segmento, senti necessidade em explorar cientificamente a temática. Tenho isso como um compromisso a ser cumprido, e quando nas leituras e pesquisas iniciais deparei-me com a grande veiculação que o tema da velhice e de seu processo vem apresentando, meu interesse se ampliou.

O período histórico que demarqueei para realizar a pesquisa é justamente o período definido como Desenvolvimentista, com mais precisão, a década de 70, demarcado a partir de meados do século passado, quando, por conta da construção de um conceito de desenvolvimento econômico, as diversas economias mundiais deveriam alcançar, num processo contínuo, um desenvolvimento pleno.

Este período implicou também em uma reorganização da Divisão Internacional do Trabalho, a qual veio acompanhada de um forte conteúdo ideológico, incentivado pelo Imperialismo, que visava gerenciar um

¹ A especialização foi concluída antes, devido ter sido realizada concomitante à Graduação de Serviço Social, já que já era formada em História (Licenciatura/Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará.

desenvolvimento que não se estendia a toda a sociedade. Com o escopo de impulsionar a acumulação, regiões pobres, destaca-se neste caso a Amazônia, deveriam contribuir com a oferta de uma força de trabalho de baixo custo; e o restante do país contribuiria com a produção de meios de consumo duráveis, o que justificava o investimento na indústria de base.

Tratar sobre esta interface entre os idosos da periferia de Belém e a representação que eles possuem de suas moradias, ou melhor, de suas casas no período em que ela foi (auto) construída, no momento de sua fixação na capital, significou traçar um caminho de investigação que permitiu apreender a representação do que foi autoconstruir a própria casa neste período. Consegui, dessa forma, unir dois campos de pesquisa que muito me interessavam.

Partindo de uma perspectiva teórico-metodológica com base nos fundamentos da Teoria Social de Marx, a qual caracteriza o Método Materialista e Dialético, esta dissertação apresenta reflexões críticas do conhecimento apreendido com base em análise racional dos fundamentos, das condições e dos limites. Trago ainda a determinação histórica que embasou o exame da dinâmica social pesquisada. Dessa maneira:

[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais concreta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (NETTO, 2011, p. 21)

Ter como direção teórica o método de pesquisa marxiano envolve ter clareza do movimento real do objeto que será reproduzido no plano ideal do pesquisador. Sobre este aspecto do movimento de conhecer e apreender o objeto, Kosik (1976) esclarece que a existência do real e sua consequente apreensão são completamente distintas da estrutura da coisa, ou melhor, da essência da realidade.

É naquilo que está por trás do fenômeno, que aparentemente se apresenta como real que se encontram as respostas para a razão de ser do

objeto apresentado. Embora o conhecimento se inicie na aparência fenomênica, sendo um nível da realidade e por isso não desprezível, o objetivo do pesquisador deve sempre ir além dela, para poder chegar a essência do objeto.

Sobre o aspecto fenomênico e sua relação com a essência, Kosik (1976) procura distingui-los:

O mundo fenomênico, porem, não é algo independente e absoluto: os fenômenos se transformam em mundo fenomênico na relação com a essência. O fenômeno não é radicalmente diferente da essência, e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno. Se assim fosse efetivamente, o fenômeno não se ligaria à essência através de uma relação íntima, não poderia manifestá-la e ao mesmo tempo escondê-la; a sua relação seria reciprocamente externa e indiferente. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. (KOSIK, 1976, p. 12)

O caminho não foi fácil, mas as discussões, especialmente as travadas no momento do cumprimento dos créditos ainda, despertaram-me a aspiração científica necessária para pôr em prática a pesquisa e a conseqüente construção deste estudo.

Acerca da cidade capitalista, é imprescindível frisar que ela resguarda um conjunto bem articulado de diferentes usos do espaço urbano, o qual se revela em áreas residenciais diferenciadas pelas formas e conteúdo social. Percebendo o abismo que há entre a cidade concreta e o que ela nos manifesta ser, instigou-me as diferenças sociais que se referem aos bens e serviços produzidos nesta cidade. Essas diferenças são típicas das relações sociais produzidas pelas sociedades capitalistas, contudo são muito mais acentuadas em países, onde os bens e serviços não foram universalizados, como é o caso do Brasil.

Foi então que observei a necessidade de fixar meu olhar sobre as condições de moradia popular na periferia da capital paraense, já que a estrutura que a moradia, principalmente da classe trabalhadora, apresenta,

reflete um crescimento urbano que se deu de forma espontânea, isto é, sem o planejamento devido.

Belém, desde meados do século XIX, já vinha apresentando um processo de urbanização significativo, em virtude do ciclo econômico que movimentava a economia amazônica no momento, o ciclo da borracha. Contudo, este processo de urbanização, alcançou patamares nunca antes experimentados, a partir da década de 1950 do século XX, quando as cidades passaram a desempenhar um papel expressivo no processo de industrialização do país. A marca deste período é o projeto desenvolvimentista alavancado pelo Brasil e a Amazônia passa a compor o quadro dessa lógica, pois não estava, segundo os anseios do Estado, devidamente integrada, necessitando-se, assim, povoá-la.

Este crescimento se processou de maneira diferenciada sobre um mesmo espaço, pois Belém possui dois tipos de terreno, subdividindo-se em terras altas e terras baixas. Investimentos públicos e privados, assim como a população de renda mais alta, direcionaram-se para os terrenos mais altos, livres de alagamentos, enquanto à camada da população que não dispunha de recursos para sustentar o conforto e o ônus de viver nessa área, restou como opção apinhar-se nas cotas inferiores e alagadiças da cidade.

A ocupação de áreas impróprias ao uso habitacional é uma constante em Belém, bem como em todo país, haja vista, a ausência ou pouca eficácia das políticas públicas direcionadas à população que acaba realmente vendo-se sem alternativas para garantia do direito básico à moradia.

Sendo assim, a ação de autoconstruir foi apreendida neste estudo como estratégia de resistência diante da necessidade de morar. Desta feita, enfoqueei a ação de autoconstruir dos moradores da baixada, tendo como recorte temporal a década de 70 do século XX. Neste momento, marcado pelo desenvolvimentismo e pelo início da crise econômica mundial, destacou-se o grande fluxo migratório de trabalhadores do interior paraense, mas também do nordeste brasileiro à capital paraense. A autoconstrução foi acessada por meio da representação que o sujeito, hoje idoso, possui daquele momento, ou melhor, o que significou para ele a ação de autoconstruir sua casa, em um ambiente novo e urbano, naquele determinado momento.

A dissertação traz entre as páginas 100 a 105 os quatro apêndices que foram construídos para dar suporte a diferentes momentos da execução da pesquisa: APÊNDICE 01: Enquete para entrevista prévia entre os moradores da Passagem Pedreirinha para apreensão das residências que possuem idosos que contemplem o objetivo da pesquisa, APÊNDICE 02: Formulário para entrevista entre os moradores idosos da Passagem Pedreirinha, já selecionados dentro do perfil da pesquisa, APÊNDICE 03: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido entregue aos sujeitos respondentes da pesquisa e APÊNDICE 04: Carta de Cessão de Direitos.

Desse modo, este estudo encontra-se organizado em cinco capítulos da seguinte maneira:

- No primeiro capítulo **Materiais e Métodos**, discorro sobre o universo da pesquisa, assim como situo geograficamente o lócus da pesquisa que é a Passagem Pedreirinha, localizada no Bairro do Guamá. Apresento ainda um percurso histórico da ocupação do bairro, bem como uma síntese sobre a metodologia utilizada.
- No segundo capítulo **Resistência de trabalhadores na década de 70 do século XX**, busquei a partir do conceito de questão social, localizar as raízes da resistência e da luta, empreendidas na dinâmica cotidiana pelos sujeitos da pesquisa. Trago ainda o cotidiano como espaço profícuo para ações de resistência e a autoconstrução como uma alternativa de habitação e resistência.
- Já no terceiro capítulo **Migração e a necessidade de morar: a ação de autoconstruir na baixada de Belém, na década de 70 do século XX**, destaco o papel que a política desenvolvimentista teve na migração e na instalação da classe trabalhadora nas baixadas, aprofundo as discussões teóricas sobre a autoconstrução, cidade capitalista e o espaço urbano. Recorro ainda à construção do cenário histórico da política pública habitacional nos anos 60/70

- As reflexões do quarto capítulo **Envelhecimento e Representação Social: Aproximações Possíveis** alcança o público alvo do estudo, ou seja, do segmento escolhido para a pesquisa, que aqui é o idoso. Então, exponho um breve histórico acerca dos debates sobre a velhice, apresento fatores que contribuem para a compreensão do processo de envelhecimento vivenciado pela sociedade brasileira. Por fim, abordo a importância social da casa para os sujeitos e construo o debate teórico sobre a representação social.

- Enfim, no quinto capítulo **Representação Social de Idosos sobre a Ação de Autoconstruir**, traz as reflexões da pesquisa, quando procurei apreender a representação social dos idosos acerca da ação de autoconstruir suas residências. Enfatizo ponderações acerca da vinda para a capital e a instalação na baixada de Belém. Relaciono ainda a vida cotidiana e a autoconstrução como prática de resistência cotidiana.

1.1 CAPÍTULO 1: MATERIAIS E MÉTODOS

Este capítulo tem por fim apresentar o universo da pesquisa, esclarecendo a escolha do lócus de pesquisa, apresentando o bairro do Guamá em sua geografia, acompanhada de um histórico, com a proposta de localizar temporalmente sua origem e ocupação. Faz parte ainda deste capítulo, a localização e caracterização da passagem Pedreirinha, local escolhido para a aplicação da pesquisa de campo. Apresento ainda a trajetória da pesquisa, bem como uma breve discussão metodológica.

1.2 A ESCOLHA DO LOCUS

O intento deste estudo foi apreender a representação da autoconstrução de moradias pelos idosos migrantes residentes na baixada de Belém, mais precisamente na Passagem Pedreirinha no bairro do Guamá, cuja escolha se deu pelo fato de almejar ingressar neste universo, que é o bairro, na condição de pesquisadora e não como simples transeunte ou visitante como já o fazia há mais de dez anos desde que ingressei em minha primeira graduação. E assim, busquei investigar qual a representação da ação de autoconstruir na baixada de Belém, na década de 70 do século XX, por moradores, hoje idosos.

A escolha do bairro se deu pelo fato deste guardar enquanto *lócus* privilegiado formas diversas de pensar, viver e representar a sociedade. Embora o aspecto cultural seja, entre tantos, o que mais sobressai, haja vista, inclusive, figurar entre o mais discutido entre os estudos acadêmicos² localizados. Culturalmente o bairro se destaca pela gama de manifestações, aglutinando tradições carnavalescas, juninas, além de festejos religiosos. O Guamá, de acordo com o Anuário Estatístico de Belém 2010, é o bairro mais

² Diversos trabalhos sobre a forte tradição cultural do Guamá e mais especificamente sobre a Passagem Pedreirinha e a concentração cultural que a passagem agrega já foram realizados. Ver por exemplo: DIAS JR. José do Espírito Santo. Cultura popular no Guamá: um estudo sobre o boi bumbá e outras práticas culturais em um bairro de periferia de Belém. (Dissertação de mestrado- UFPA, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia). Belém, 2009; SOUZA, Mary Jane Souza de. Rituais de agregação – Uma incursão estética à História do Guamá. In. MONTEIRO, Julia Cleide Miranda. Pesquisa e gestão de políticas governamentais dirigidas à família, à criança e ao adolescente. Coletânea de Textos. Prefeitura Municipal de Belém, 2004.

populoso, com 102.124 habitantes, mas não é apenas de uma “simples” soma populacional que o bairro é composto:

O bairro “mais populoso” de Belém não está constituído por uma multidão de rostos amorfos, identificados apenas pela sua condição de pobreza, não se autodefine por índices estatísticos, com alusão à violência, ao desemprego, a transtornos mentais, a doenças infectocontagiosas. Que erigem novamente os muros dos horrores já transpostos um dia por asas dionisiacas, mas por um turbilhão de histórias, nomes, risos, dores, amores, cantos, lamentos. Que se entrelaçam em algum momento, como um cortejo de cores, imprevistos, no espaço das ruas, abertas um dia, pelos próprios moradores. (SOUZA, 2004, p. 29)

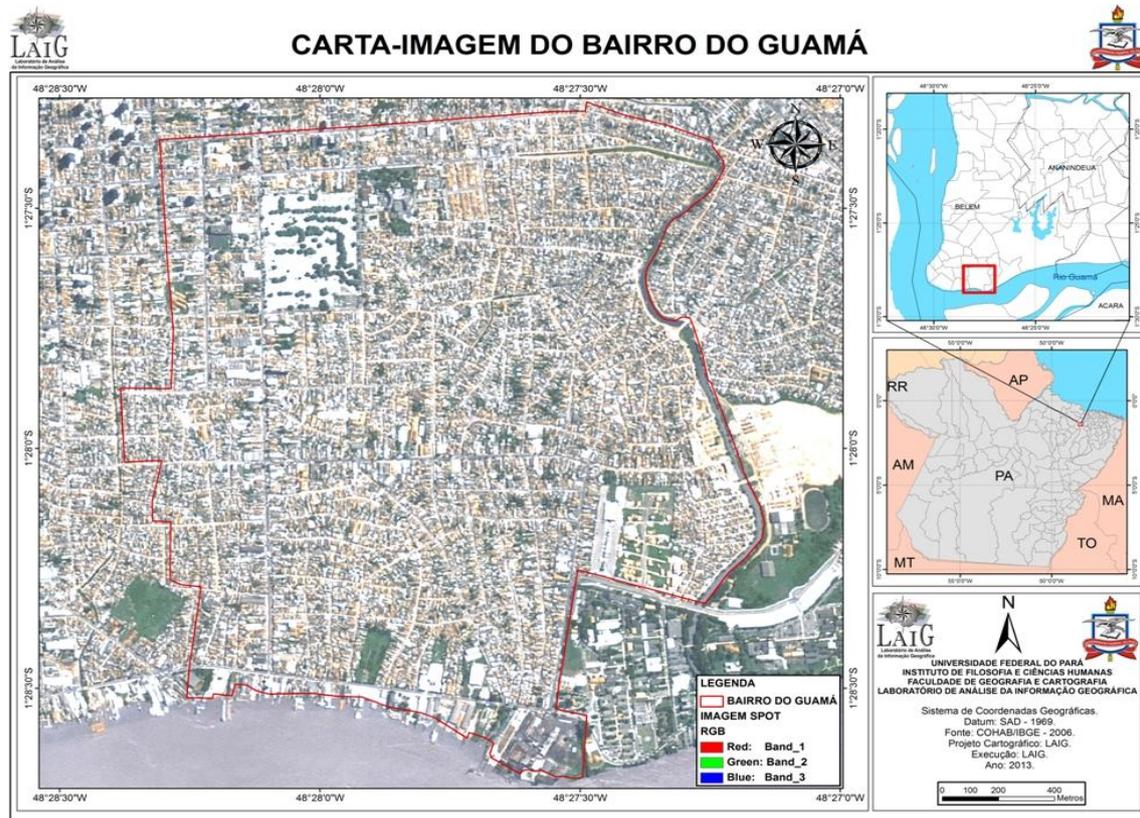
Localiza-se numa área de baixada e é reconhecido como pertencente à periferia de Belém, embora esteja bem próximo ao centro da capital e esteja servido por variados serviços públicos (Bancos, Pronto Socorro Municipal de Belém, Universidade Federal do Pará (UFPA), Seccional de Polícia do Guamá, Unidade Básica de Saúde, Escolas Municipais e Estaduais diversas, CRAS, Estação Cidadania com serviços variados, entre os quais: Polícia Civil, Posto do Banpará, Correios, Cartório, Rede Celpa, TRE, Defensoria Pública, DETRAN, SETER, PROCON, entre outros, que atendem à sociedade de um modo geral. Inserido no Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA)³ juntamente com 12 outros bairros, ocupa uma área de 4.127, 78 km² (BELÉM, 2010).

O Guamá é também significativo polo de atração da população migrante já que a gênese do bairro teve seu começo a partir de duas frentes de ocupação: iniciando por volta dos primeiros anos do século XX, como um prosseguimento do bairro de São Braz, a segunda, já por volta de meados daquele século, advinda do Rio Guamá.

A primeira das frentes, citada anteriormente, impulsionada por migrantes nordestinos recém-chegados a Belém que se fixaram em São Braz, foi possibilitada pelo *boom* da economia da borracha. São Braz, por ser marco de entrada e saída da cidade, permitiu a fixação de grande quantitativo populacional migrante, ocasionando a ocupação de áreas próximas ao bairro e

³ Estes distritos, que ao total contabilizam junto com o DAGUA 8 divisões político-administrativas do Município de Belém, foram instituídos através da Lei 7.682, em Janeiro de 1994. Ver: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELÉM. Anuário Estatístico de Belém, 2010.

posteriormente, seu espraiamento pelo interior da mata em direção ao que hoje se configura como bairro do Guamá. A outra frente de ocupação foi em direção contrária, já que teve como ponto de escoamento populacional o Rio Guamá com protagonismo maciço de ribeirinhos⁴ naturais de regiões do Rio Guamá, do Rio Acará e Baixo Tocantins (DIAS JR., 2009).



Mapa 1: Carta Imagem do Bairro do Guamá
Fonte: UFPA/LAIG (2013)

Defini como *locus* da pesquisa a Passagem Pedreirinha, situada na esquina da Avenida José Bonifácio e na outra extremidade faz esquina com a Alameda Mamoré⁵, entre a Rua Barão de Igarapé Miri e a Passagem Silva Castro. Esta passagem conta em média com 400 metros de extensão, mas revela-se enquanto ponto de convergência de diversas manifestações culturais, pois congrega aspectos culturais simbólicos extremamente relevantes, uma vez que, se misturam neste mesmo ambiente, Escola de Samba Carnavalesca Bole

⁴ Ribeirinhos são habitantes da Amazônia que moram à beira dos rios, geralmente possuem atividades ligadas à pesca.

⁵ Popularmente conhecida entre os moradores como Rua Barão de Mamoré.

Bole, Bloco de Carnaval Mexe-mexe, Boi bumbá, o Terreiro de Mina Dois Irmãos⁶, Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Igreja Evangélica do Avivamento Pentecostal Brasa Viva e Capela Católica. Revelando dessa maneira, a coexistência em um mesmo espaço, de vários fragmentos de identidade cultural, caracterizando o sincretismo cultural brasileiro em apenas uma faixa de 400m.



Mapa 2: Zonas eleitorais de Belém com seus bairros e ilhas

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Pará (2005)

A Passagem Pedreirinha é dos lugares no interior do bairro que consegue essa aglutinação de forma magistral, uma vez que, transformou-se

⁶ Este Terreiro de Mina é o mais antigo do Estado do Pará. Pelas pesquisas informais do esposo da atual Yalorixá (a mãe de santo do terreiro), o terreiro teve sua origem ainda no século XIX, por volta do ano de 1890.

numa espécie de referencial no que tange a produção cultural do bairro. Todavia, apesar de reconhecer seu potencial cultural, busquei através deste estudo assumir outro viés de análise na compreensão do que a Passagem Pedreirinha, mais objetivamente, seus moradores idosos, tem como representação da autoconstrução de suas casas.

1.3 OS PASSOS DA PESQUISA

O percurso para a análise do objeto parte da interlocução do debate de teóricos e estudiosos da área das ciências sociais, buscando, todavia, demarcar construções teóricas voltadas para uma explicação da realidade que pondere seu caráter crítico, já que busco partir de uma argumentação teórica pautada no Materialismo Histórico Dialético. Além disso, este trabalho conta ainda com revisão bibliográfica atinente a autoconstrução, destacando-se os estudos de Maricato (1982) e Lima (1979), os quais por datarem da época em que pretendi delimitar a pesquisa (1970), servem basicamente como documentos históricos, pois retratam análises discursivas e visões críticas da abordagem da prática da autoconstrução brasileira. Como contraponto de apoio na análise da autoconstrução, recorri ao trabalho de Lima (2005) que se refere a um momento mais atual da discussão, ao demonstrar esse processo na cidade do Recife (PE).

Leituras ainda sobre **representação social** (FRANCO, 2004; MOSCOVICI, 2010; JOVCHELOVITCH, 1995; MARX, 1984; BERGER & LUCKMANN, 1985), **envelhecimento** (PEREIRA, 2005; BEAUVOIR, 1990; MERCADANTE, 2003), **resistência** (CARVALHO, 2007; NETTO, 2007; EVERS, 1985; MORAES, 2006), **autoconstrução, cidade, migração, moradia e habitação** (CORRÊA, 1995; ENGELS, 1999; SILVA, 1989; MARICATO, 2002; GOMES 2005; LIMA, 1979; LIMA, 2005) permeiam a pesquisa.

Por meio da revisão bibliográfica crítica foi possível definir de forma melhor acabada o objeto de estudo, o que não significou angariar de forma improcedente uma vasta bibliografia⁷. Para Deslandes (2011, p. 36), a revisão

⁷ Faz-se oportuno destacar neste momento que não é intenção deste estudo reunir de maneira forçosa e irresponsável autores de diferentes correntes teóricas, mesmo porque possuo compreensão da

bibliográfica além de ser disciplinada e ampla, necessita ser crítica, e assim é necessário:

[...] estabelecer um diálogo reflexivo entre teorias e outros estudos com o objeto de investigação por nós escolhido – uma revisão não pode ser diletante, mas precisa estar atenta à correlação entre os métodos propostos e os resultados encontrados por outros pesquisadores. Desenvolver esta capacidade comparativa e analítica em relação aos outros estudos nos ajuda a melhor delimitar nossa proposta (DESLANDES, 2011, p.36).

Por outro lado, por meio de pesquisa de campo, procurei alcançar as percepções do que representou a autoconstrução para os sujeitos da pesquisa.

Como tratei das representações sociais dos sujeitos, a pesquisa foi de cunho qualitativo, pois tratou de um aspecto da realidade não quantificável. Sobre o universo de aspectos pertencentes a pesquisa qualitativa, Minayo (2001, p. 21) argumenta:

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2001, p.21).

A pesquisa qualitativa traz em si distintos rótulos que variam de acordo com a origem e ênfases variadas (pós-positivista, construtivista, fenomenológica, entre outras), mas para esta pesquisa, usarei pura e simplesmente a definição pesquisa qualitativa para caracterizá-la. Contudo, há entre elas uma tradição comum que as norteia como um todo. Esta é a abordagem hermenêutica que:

[...] parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e comportamento,

matriz teórica que me orienta. Reservo a este estudo o direito de dialogar com teorias distintas buscando propor e apreender discussões baseadas em aspectos convergentes, isto é, onde o diálogo seja possível, não visibilizando o ecletismo, mas ressignificando o pluralismo, na busca da ampliação do alcance da produção científica do Serviço Social.

tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. (ALVES, 1991, p. 54)

Para dar conta da multiplicidade de vozes e da complexidade de aspectos relacionados presentes no mundo social é necessário romper o paradigma positivista da neutralidade axiológica, onde a realidade é exterior aos sujeitos, podendo ser analisada objetivamente e o produto das pesquisas, ou seja, os fenômenos resultantes apreendidos são fragmentados e explicados por meio de relações de causa e efeito (ALVES, 1991).

Tratar por meio de uma abordagem dialética o objeto em questão, aspirando por meio de uma análise histórica as determinações econômicas e sociais atreladas à compreensão das representações sociais dos sujeitos em questão, sob os referenciais de luta e resistência na busca da moradia, claramente não foi tarefa das mais simples, já que as discussões subjetivas são pouco exploradas no interior da tradição marxista. Deste modo, construí um instrumento para sistematização das representações sociais em relação aos conceitos científicos de resistência e autoconstrução da moradia, para a concretização da análise do discurso, uma prática “[...] fecunda para analisar o documento histórico [...] análise que leva a sério a dimensão simbólica da língua, a dimensão das línguas particulares, a questão das ideologias.” (MAZIÈRE, 2007, p. 90)

A língua não pode ser vista apenas como um sistema de signos fundamentados na necessidade de comunicação. Esta atividade, a linguagem, envolve sempre a ação de quem fala e a de quem ouve, ou a de quem lê e a de quem escreve. Mas para exercer esta atividade, não basta saber falar ou dominar a gramática da língua em questão. Os falantes ou interlocutores ajustam sua linguagem à situação, ao contexto em que estão produzindo seu discurso. O discurso, assim, é uma atividade produtora de sentido, pois promove a interação entre falante/ouvinte, escritor/leitor; e estes são sujeitos históricos, pertencentes a um determinado contexto, a um espaço geográfico definido. Podem apresentar-se enquanto grupo, numa dada comunidade ou bairro, e desta forma trazem consigo uma bagagem cultural, social e ideológica, conforme Brandão (2013, p.03):

Essas crenças, ideologias são veiculadas, isto é, aparecem nos discursos. É por isso que dizemos que não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. Às vezes, esses sentidos são produzidos de forma explícita, mas na maioria das vezes não. Nem sempre digo tudo que penso, deixo nas entrelinhas significados que não quero tornar claros ou porque a situação não permite que eu o faça ou porque não quero me responsabilizar por eles, deixando por conta do interlocutor o trabalho de construir, buscar os sentidos implícitos, subentendidos. Isso é muito comum, por exemplo, nos discursos políticos, no discurso jornalístico, e mesmo nas nossas conversas cotidianas (BRANDÃO, 2013, p. 3).

Recorrer metodologicamente à chamada Análise do Discurso é a proposta de construir um novo olhar sobre as práticas languageiras e de redimensionamento do objeto de análise (DEUSDARÁ; ROCHA: 2005).

Rompendo com a visão conteudista, marca dos estudos em Análise do Conteúdo, a qual imperou nas ciências humanas e sociais até a década de 60 e que possuía como mote a significação profunda e em sentido estável dos seus objetos de pesquisa, a Análise do Discurso surgiu com a finalidade de propor:

[...] o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico. A Análise do Discurso, portanto, pretende não instituir uma “nova linguística”, mas consolidar uma alternativa de análise, mesmo que marginal, à perspectiva “tradicional”. Um alargamento teórico, uma possibilidade outra, originada de um olhar diferenciado que se lança sobre as práticas languageiras. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2005, p. 308).

A linguagem enquanto discurso se constitui em modo de produção social, interação. É ainda lugar de confronto ideológico, onde os processos sócio-históricos ganham relevância e significado, pois privilegia a intersubjetividade entre pesquisador e pesquisado.

Assim, com o objetivo de abranger um número maior de pessoas para o levantamento de dados, inicialmente apliquei como instrumento a enquete para selecionar, por meio de breve entrevista em todas as casas⁸ contidas na passagem.

⁸ Este momento contou com a participação voluntária da estudante do 6º semestre da Faculdade de Serviço Social/ UFPA e bolsista de pesquisa do Programa Luamim: Peças interventivas na realidade, Mayra Ferreira Ramos. Nesta etapa, dividimos a tarefa de aplicação das enquetes. Todas as residências

Totalizaram-se assim, 48 residências com sujeitos respondentes. Destas, foram selecionadas 18 residências em que residiam idosos que previamente compunham o perfil da pesquisa.

Quadro 1: Respondentes que estavam previamente aptos a participarem da pesquisa (dados coletados após a enquete)

Entrevistado (Idoso)	Tempo de moradia na residência/ Pedreirinha	Não aceitou participar	Situação	Origem de nascimento
Sr^a A	Há 12 anos			
Sr. B	Não é morador. Presta serviços à família.			
Sr. C			Ausência por motivo de doença.⁹	
Sr. D	Na década de 90			
Sr^a E		X		
Sr. F	1978			Juruti/PA
Sr^a G	1975			Belém/PA
Sr^a H	Há menos de 15 anos			
Sr. I	1972			Bragança/PA
Sr^a J	Acredita que iniciou na década de 40		Casa herdada de um tio avô.	
Sr. L	Por volta de 1976-77			Juruti/PA
Sr^a M		X		
Sr^a N		X		
Sr^a O	Por volta de 1973		Reconstrução da casa de barro¹⁰.	Soure/PA
Sr^a P			Ausência por motivo de trabalho.	
Sr^a Q	Por volta de 1973-74			Belém/PA
Sr. R	Por volta de 1973-74			Ponta de Pedras/PA

foram visitadas, no entanto não aplicamos a enquete em todas, pois em algumas delas não havia moradores e em outras o morador não aceitou participar da entrevista.

⁹ Neste item, trago a situação pessoal apresentada que impossibilitou a realização da entrevista.

¹⁰ As casas de barro foram, no início da ocupação da Pedreirinha, uma constante.

Srª S	1980-81			Rio Branco/ Acre
--------------	----------------	--	--	-----------------------------

Fonte: Autora (2013)

Foram assim, escolhidas as casas, em que ainda na enquete, o morador entrevistado informou que a casa era própria, que a construção da residência se deu ao longo da década de 70 e que havia idosos.

A aplicação do formulário possibilitou delimitar mais ainda a pesquisa, uma vez que através dele, num segundo momento, já com o próprio dono da casa, que geralmente era o idoso, este nos esclareceu informações que estavam desconhecidas na coleta de dados inicial.

Por meio do quadro acima é possível ilustrar o universo de entrevistados e apresentar situações bem particulares como acometimento de doença que impossibilitou a realização de entrevista com o idoso. Outra situação a destacar, é a da idosa que pelo que foi possível perceber, trabalha ativamente até os dias de hoje, e em sua atividade ela consegue envolver a família toda, ou pelo menos uma grande parte dela.

A opção pelo formulário justificou-se exatamente pelas vantagens concretas que este instrumento traz em termos de possíveis esclarecimentos e segurança ao entrevistado, assim:

Uma das vantagens do formulário consiste justamente na assistência direta que o informante recebe do investigador, que pode reformular os itens, tornar mais clara as perguntas, dar explicações, enfim, ajustar o formulário à experiência e compreensão de cada informante. Assim, o formulário comporta perguntas mais complexas que as destinadas a integrar um questionário a ser respondido sem a assistência do investigador. (NOGUEIRA, 1977, p.129)

Um fator observado ao longo das visitas à Pedreirinha foi a resistência que alguns moradores apresentaram, após a ocorrência de um golpe à moradores do bairro do Guamá, em que pessoas uniformizadas entraram em diversas casas passando-se por agentes de saúde da Secretaria de Saúde de Belém, para realizarem assaltos. Esse fato dificultou o acesso a diversas residências da passagem.

Posteriormente foram aplicadas as entrevistas aos 8 idosos selecionados, como forma de abordagem, e usado como instrumento de coleta

de dados o formulário cujo propósito consistiu em alcançar informações diretas do respondente. Assim, através do formulário, o qual permitiu um contato “face a face”, bem mais direto e objetivo, pois se pretendeu trabalhar de maneira menos formal e menos cansativa para os sujeitos respondentes e a possibilidade de preenchimento por mim mesma trouxe-lhes segurança.

Quadro 2: Perfil sócio demográfico dos sujeitos entrevistados

Participantes ¹¹	Ano de nascimento	Cor	Estado Civil	Profissão
Sr. Alvimar de Abreu Melo	21/11/1944	Moreno	Casado	Comerciário (Aposentado)
Sr^a Fátima Simões	02/08/1950	Morena	Solteira	Contadora (Aposentada)
Sr. Raimundo Silva	09/01/1931	Moreno Claro	Viúvo	Pedreiro (Aposentado)
Sr. L	16/08/1936	Moreno	Casado	Comerciante
Sr^a O	25/07/1939	Morena	Viúva	Aposentou-se como operária de castanha.
Sr^a Q	10/11/1934	Morena	Viúva	Doméstica (Aposentada)
Sr. Gregório Pereira	1936	Moreno	Casado	Artefato de cimento (Aposentado)
Sr^a. S	31/05/1932	Parda	Separada	Dona de casa (Vive com a renda proveniente do Benefício de Prestação Continuada - BPC)

Fonte: Autora (2013)

A entrevista permitiu, além da obtenção de informações gerais sobre o perfil sócio demográfico dos respondentes, observar e colher informações sobre as ações e representações sociais durante sua realização. Sendo usado formulário seguindo um roteiro pré-estabelecido, combinadas perguntas fechadas e abertas, respeitando itens imprescindíveis para a coleta, mas permitindo também que o entrevistado pudesse discorrer mais abertamente sobre sua trajetória de vida ligada a autoconstrução de sua moradia.

¹¹ Os participantes que têm seus nomes citados assinaram Carta de Cessão de Direitos autorizando a citação de seus nomes e divulgação de imagens.

2 CAPÍTULO 2

RESISTÊNCIA COMO ATITUDE DE INTERVENÇÃO SOCIAL NA VIDA COTIDIANA

Este capítulo buscou traçar uma discussão que partindo do conceito construído acerca da questão social e sua importância dentro da dinâmica do serviço social, demarcando nesta “fissura social” a presença da resistência como maneira de intervenção na vida cotidiana.

2.1. SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA.

Faz parte da compreensão da profissão de Serviço Social, identificá-la diante da dinâmica da sociedade capitalista, ou melhor, situá-la como partícipe da reprodução das relações de classe e no aspecto contraditório engendrado por estas relações.

A profissão, historicamente, insere-se na divisão social do trabalho, marcadamente no interior da sociedade industrial, além de caracterizar-se enquanto uma especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2008). Assim, no surgimento do capitalismo industrial, a sociedade do trabalho observa surgir a expansão urbana, tem-se que:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO, 2008, p. 77).

Sendo a manifestação concreta da contradição das classes sociais na vida cotidiana, segundo lamamoto (2009, p. 27), a:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2009, p.27).

Como sinalizado acima, a questão social manifesta-se em expressões e estas se apresentam à realidade nas mais complexas e diversas formas, sendo o assistente social requisitado a atuar. Isso consiste em que:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado. (IAMAMOTO, 2009, p. 28).

O assistente social é um dos poucos profissionais que atuam sobre diversas necessidades humanas e tem em seu atendimento, um público especializado, ou seja, à grande massa afastada dos serviços e bens sociais.

De maneira objetiva, Martineli (2006) tece teoricamente nosso fazer profissional, realizando as conexões deste com o cotidiano sobre o qual se expressam as expressões da questão social:

Somos profissionais cuja prática está direcionada para fazer enfrentamentos críticos da realidade, portanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, aliada a uma direção política consistente que nos possibilite desvendar adequadamente as tramas conjunturais, as forças sociais em presença. É neste espaço de interação entre estrutura, conjuntura e cotidiano que nossa prática se realiza. É na vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos que as determinações conjunturais se expressam. Portanto, assim como precisamos saber ler conjunturas, precisamos saber ler também o cotidiano, pois é aí que a história se faz, aí é que nossa prática se realiza. (MARTINELI, 2006, p. 14-15)

O cotidiano é em si onde realmente as coisas acontecem, reservando as devidas ressalvas ao senso comum, mas é neste espaço que a vida se revela e toma significado, onde as conjunturas se expressam:

Certamente não estamos pensando no cotidiano como um espaço repetitivo, vazio, mas sim como um espaço contraditório e complexo onde a realidade se revela, onde os problemas se expressam. Saber ler a conjuntura a partir do cotidiano significa identificar acontecimentos, contextos, relações de força, para saber onde e como atuar. (MARTINELLI, 2006, p. 15)

Sendo o cotidiano palco onde as relações sociais se dão, é nele que mais acentuadamente as relações de dominação e as formas de resistência se apresentam e se afirmam. Carvalho (2007, p. 51-52) reserva especial destaque a discussão existente entre o cotidiano e a prática do assistente social:

Muitas vezes, buscamos a totalidade fora da vida cotidiana, esquecendo que esta mesma vida contém a totalidade e nela é que se processam muitas das mediações entre o particular e o global, entre o singular e o coletivo. [...] O assistente social é um dos mediadores privilegiados na relação entre população dominada, oprimida ou excluída, e o Estado (CARVALHO, 2007, p. 51-52).

Com atuação política, teórico-metodológica, política e ética através da mediação exercida na trama das relações sociais, os assistentes sociais exercem sua função profissional a favor da apropriação de serviços e pela conquista de poder da população dominada, oprimida ou excluída.

2.2. A VIDA COTIDIANA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

Antes de teorizações, cabe perguntar: o que é a vida cotidiana? Ela é a vida andada no mesmo compasso, na mesma cadência. É o levantar ao toque do despertador, é o caminhar ainda sonolento em direção ao banheiro para a higiene matinal, seguir para o trabalho, é o bom dia aos vizinhos, ver o noticiário, é o café da tarde, e muito mais.

Quem dirige a vida cotidiana, segundo seu ritmo próprio, não é a consciência, mas sim o ato mecânico, automático. A cotidianidade, que é o

movimento cotidiano, está e sempre estará atrelada à vida humana. E seguem presentes, o cotidiano e a cotidianidade, em todas as esferas da vida de cada sujeito. No lazer, na atividade profissional, na vida familiar, nos estudos, na ação religiosa, o cotidiano sempre estará presente. Na vida cotidiana o homem se apresenta inteiro, assim sendo se coloca e participa desta com toda sua individualidade, ressaltando todos os aspectos de sua personalidade individual. Heller assinala assim que:

Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade. (HELLER, 2008, p. 31)

Ainda assim, a vida cotidiana é a vida do indivíduo, e este indivíduo é ao mesmo tempo um ser genérico e ser particular e esta particularidade se expressa através da particularidade, da individualidade (HELLER, 2008). Essa particularidade social é caracterizada pela assimilação da realidade social e nesta, objetivamente, estão incluídas as necessidades humanas tomadas conscientemente pelo “Eu” (HELLER, 2008). Sobre isso, Heller (2008, p. 35) acrescenta:

As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do *Eu*. O “Eu” tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no “Eu” nascem os afetos e as paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do “Eu”.

A busca em conhecer a vida cotidiana ganha em Marx uma preocupação filosófica (CARVALHO, 2007). É assim, de maneira ampliada e com base na teoria do filósofo alemão, que Carvalho (2007) percebe as várias faces e cores da vida cotidiana, destacando que esta alcança e abrange desde a vida dos gestos, relações e atividades rotineiras até um espaço de resistência e possibilidade transformadora. Acerca dessa possibilidade de transformação, já

que a vida cotidiana assume características em determinados momentos, de resistência, sendo assim, “é um palco possível de insurreição, já que nele atravessam informações, buscas, trocas, que fermentam sua transformação” (CARVALHO, 2007, p. 14).

A partir da análise de Carvalho (2007) acerca dos estudos de Lefebvre, o qual apreende a vida cotidiana sob três perspectivas convergentes, a que mais concorda com a abordagem aqui apresentada é a terceira que:

[...] diz respeito às possibilidades da vida cotidiana enquanto motora de transformações globais. A vida cotidiana tem se insinuado como um dos centros das atuais possibilidades de transformação da sociedade. A raiz desta intuição está no fato de que não são as relações de produção, mas sim as relações sociais de dominação e poder que têm sua primazia na modernidade. Sendo assim, um dos focos estratégicos da práxis revolucionária terá que ser o cotidiano vivido pelas classes e grupos sociais oprimidos (CARVALHO, 2007, p. 21-22)

Por ser singular e genérico, o homem reproduz-se na vida cotidiana, como sujeito singular; ao passo que cria mecanismos para a reprodução social, agindo assim como sujeito genérico. Sendo assim, o sujeito se reproduz no fazer cotidiano, de maneira direta, e contribui, indiretamente, com a reprodução da totalidade social.

Como participante do coletivo, o indivíduo experimenta a possibilidade de tornar sua ação de homem genérico mais consciente, o que lhe garante a possível transformação do cotidiano singular e coletivo:

A grande questão passa a ser a passagem do homem inteiro (muda relação de sua particularidade e genericidade) para o inteiramente homem (unidade consciente do particular e do genérico). Esta passagem ocorre, como diz Agnes Heller, quando se rompe com a cotidianidade; quando um projeto, uma obra ou um ideal convoca a inteireza de nossas forças e então suprime a heterogeneidade. Há nesse momento uma objetivação. A homogeneização é a mediação necessária para suspender a cotidianidade.[...] A intensidade de uma grande paixão, um grande amor, o trabalho livre e prazeroso, uma intensa motivação do homem pelo humano genérico resultam na suspensão do cotidiano. (CARVALHO, 2007, p. 27)

O trabalho está entre as quatro formas de suspensão do cotidiano. Esta suspensão é de caráter temporário, contudo os ganhos advindos desta são de

imensa dimensão, pois possibilitam transformar os cotidianos singular e coletivo.

Seguindo nesta mesma linha de argumentação crítica, fundamentada na teoria social de Marx, Netto (2007), segundo a visão lukacsiana, afirma que não há vida em sociedade sem cotidianidade. O trabalho também é apontado por Netto, seguindo o pensamento de Lukács, como uma forma de superação da cotidianidade, sendo assim possível que o homem assuma o caráter de ser humano-genérico e, ao voltar à vida cotidiana, o sujeito passa a comportar-se de forma mais eficaz. Sobre este circuito produzido pela cotidianidade, sua suspensão e o retorno àquela, Netto (2007, p. 70) afirma que:

Está contida aqui, nitidamente, uma dialética de tensões: o retorno à cotidianidade após uma suspensão (seja criativa, seja fruidora) supõe a alternativa de um indivíduo mais refinado, educado (justamente porque se alçou à consciência humano-genérica); a vida cotidiana permanece ineliminável e inultrapassável, mas o sujeito que a ela regressa está modificado. (NETTO, 2007, p.70)

A percepção é a de que, quando se dá o retorno ao cotidiano, a mudança proporcionada gera a modificação necessária para que se materialize alguma forma de resistência e esta seja instrumento de transformação social.

2.3 AUTOCONSTRUIR COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA

Desde já se faz necessário deixar claro que a resistência aludida neste estudo é concebida como fruto de uma relação dialética entre os estágios do desenvolvimento do capitalismo e as implicações no processo de reprodução social dos sujeitos. É assim que, resistência neste estudo não foi concebida como oposição aberta e intensa a ações ou a falta de ações do Estado ou de qualquer outra instituição social. A resistência aqui foi concebida como parte constituinte deste processo, pois a ausência de questionamentos ou conflitos claramente declarados está longe de ser visto como sinônimo de consentimento.

Na América Latina, notadamente a partir das últimas décadas do século XX, os conflitos sociais passaram por modificações, foram tomando novas feições, especialmente condicionadas pelas radicais investidas de grupos

financeiros transnacionais. As mais variadas formas tradicionais de enfrentamento e articulação política foram, paulatinamente, limitadas ou mesmo bloqueadas.

Outras formas de resistência foram sendo utilizadas para que diante desta conjuntura socioeconômica e política, os sujeitos pudessem reivindicar suas necessidades, assim:

Em consequência se necessitou buscar novas formas de expressão e resistência social, novas tanto no conteúdo como nas modalidades de organização. [...] Daí surgiu toda uma gama de formas de luta e de resistência cotidiana. Sua amplitude marca a resposta à supressão sistemática dos interesses vitais de todos os setores populares, em benefício de uma reduzida minoria, e em alguns países alcançou uma envergadura tal, que consegue arrancar concessões substanciais às ditaduras abertas ou disfarçadas que ali se estabeleceram. A expressão organizativa desta resistência é ainda muito desigual: varia com a conjuntura econômica e política, pode parecer muito isolada e inoperante durante longos períodos, para de repente convergir em amplas correntes de oposição, aproveitando possíveis fissuras do sistema dominante. (EVERS, 1985, p. 110-111)

Adorno (1951), em *Minima Moralia*, enfatiza que a relação entre indivíduo e sociedade fez surgir a anulação da individualidade, e que esta, referida anteriormente neste trabalho apoiada em outros autores, seria vítima do caráter totalitário da sociedade, portanto alvo do esvaziamento objetivo do sujeito, ou de suas finalidades. Ao contrário deste autor, este estudo como já mencionado, discute a importância e a capacidade da individualidade na dinâmica social, isto é, na busca da satisfação de suas necessidades e na defesa destas.

No entanto, é relevante, como aponta Moraes (2006), que em nenhuma instância Adorno busca fazer do indivíduo “bode expiatório da barbárie vigente”, e oposto a isso, o autor demarca que o indivíduo, mesmo diante de toda adversidade, resiste.

O trabalho desenvolvido por Moraes (2006) focaliza um dos aspectos centrais da discussão encampada por Adorno e vem ao encontro do que este estudo visa analisar.

Com questões do tipo: É possível ainda resistir? Como é possível, ao indivíduo, diante das adversidades, resistir? Que tipo de resistência é possível?

São esses alguns dos questionamentos levantados e que acabaram ganhando relevância para o presente estudo.

A resistência cotidiana é assim uma das formas de resistência social não tradicional, ou seja, baseia-se em experiências alternativas de luta e conquista de direitos. Caracteriza-se em não possuir um fundamento claro e diretivo de caráter ou consciência de classe, mas que em seu contexto histórico representa uma força social que com base em seus interesses objetivos comuns fazem acontecer ações práticas e imediatas, no sentido de intervenção material na realidade social.

Esta forma de resistência, a cotidiana, não está entre as formas de ação políticas tradicionais. Ela é uma exceção entre as formas conhecidas, pois não se enquadra ideologicamente às estratégias já institucionalizadas (democrática, anárquica, sindical, socialista).

Não dirigidas ou condicionadas por padrões institucionalizados, estas práticas de ação caracterizam-se em resistências políticas subjetivas.

Formas de consciência são ressignificadas e ganham espaço por entre as condições sociais de privação. Estratégias de sobrevivência e maneiras de garantir e de prover suas necessidades vão sendo, assim, objetivamente construídas.

3 CAPÍTULO 3

MIGRAÇÃO E A NECESSIDADE DE MORAR: a ação de autoconstruir na baixada de Belém, na década de 70 do século XX

A proposta deste capítulo é demarcar a questão urbana no período desenvolvimentista, a qual trouxe consigo a migração e a falta de provisão habitacional. Apresento ainda a opção da autoconstrução como alternativa para a classe trabalhadora garantir o direito de morar.

3.1 O DESENVOLVIMENTISMO COMO FATOR IMPULSIONADOR DA MIGRAÇÃO E A CONSEQUENTE OCUPAÇÃO DAS BAIXADAS

O circuito de acumulação internacional infligiu à Amazônia a atribuição de reproduzir relações de exploração extremamente atroz à força de trabalho que sustentava toda a pirâmide social relativa ao mercado mundial da borracha.

A integração amazônica se deu a custo da espoliação de grande parte da população local, uma vez que, o Estado brasileiro implantou no norte e também no nordeste uma política de incentivos fiscais aos que efetivassem a integração nacional. Este esquema conjugou capital internacional, nacional e Estado autoritário, o que deixou sem alternativas o pescador, o castanheiro, o seringueiro, o extrativista. As causas são diversas: mecanização do campo, expropriação de terras para grandes projetos (minerais, pecuários), a esperança de alcançar melhores condições de vida nas cidades, mas as consequências foram em sua grande maioria desastrosas para a população rural.

O impulso industrial, resultante da política desenvolvimentista, marca dos anos 50, 60 e 70 do século XX, gerou uma alta concentração urbana, que se adensou de maneira desordenada pelo espaço urbano da capital do estado. Assim, a ocupação se deu sem que os grandes centros pudessem abrigar essa população em condições dignas de moradia, saneamento, acesso a saúde e a educação, transporte e lazer.

A consolidação do padrão desenvolvimentista tem no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), seu ponto de ebulição, pois sua proposta era superar o atraso econômico, através da abertura ao capital estrangeiro. Marques (2010) assinala que é principalmente neste período que há a integração econômica da Amazônia à sociedade nacional e que esta se aprofunda decisivamente nos anos 60 e 70, principalmente por abrir mercados aos produtos industrializados do centro/sul, servir de região atrativa para o excedente populacional nordestino e também do sul do país, fornecer ao mercado externo suas riquezas minerais, madeiras e potencial pesqueiro, ocupar terras para captação de rendas e para a especulação e defesa do território em nome da “segurança nacional” contra estrangeiros e movimentos de cunho revolucionário.

Posteriormente ao clima da “busca pelo Eldorado” que a urbanização significava, restou, ao contrário do que se esperava, ao Brasil continuar carregando o status arcaico, marca de um país colonial. A tão proclamada modernização que a cidade significava não se democratizou para todos e deixou seu legado presente até os dias de hoje.

As baixadas¹², como são conhecidas em Belém essas áreas, abrangem por volta de 40% do território da capital. Caracterizam-se por terem grande concentração demográfica, baseada na autoconstrução de moradias, geralmente em terrenos inadequados para habitação digna. A insegurança, a falta de saneamento básico, a péssima estrutura urbana são alguns dos aspectos que permeiam o cotidiano dos que, sem alternativas, aventuram-se a fixar moradia em tais áreas. Essas áreas são, dentro da trajetória histórica de ocupação da Região Metropolitana de Belém, um dos primeiros vetores de apropriação do espaço urbano pela classe trabalhadora, diante da necessidade de morar.

Em “Carências Habitacionais na Amazônia”, Abelém (1996, p.1) destaca que para se fazer uma análise acerca da qualidade de vida de uma população,

¹² Baixadas, segundo a Prefeitura Municipal de Belém, por meio do Anuário Estatístico de Belém, são grandes áreas que estão abaixo da cota topográfica de 4m, isto é, encontram-se abaixo do nível do mar, sofrendo assim, influência das marés altas e tendo dificuldade no escoamento nas águas da chuva. São chamadas “baixadas de Belém” ou áreas de várzea. Ver: Anuário Estatístico de Belém 2010. Prefeitura Municipal de Belém, 2010.

apenas dados quantitativos não são suficientes, pois a complexidade ultrapassa estes índices. Sendo assim, para a autora:

Um dos mais eficientes meios de conhecer a qualidade de vida de uma população é analisar a condição da habitação em seu sentido amplo, de moradia, envolvendo não apenas a casa, como seu entorno, ou seja, sua condição de habitabilidade. Nesse sentido, não é suficiente levantar o número de habitações, o tipo de construção ou o déficit habitacional, mas considerar o ambiente que circunscreve a habitação, produto das políticas governamentais no seu aspecto infraestrutural, assim como o acesso a bens e serviços. Ao falar de carências habitacionais supõe-se apontar não apenas as condições de vida da população passíveis de descrição e quantificação, mas abordar seu modo de vida, os padrões e valores adotados formadores de carências (ABELÉM, 1996, p. 01).

O poder público, em contrapartida, não cumpriu e pouco vem cumprindo sua função de garantia de condições dignas de moradia para a classe que não detém o capital. Ao contrário disso, possui um decisivo papel no processo de segregação do espaço urbano, na medida em que suas políticas não atingem quem deveria ser alvo de fato. As baixadas foram, diante disso, a única alternativa para provisão de moradia.

Lojkin (1997) observou, conforme os estudos de Marx que o capital sempre se lançará na busca de meios para aumentar o trabalho excedente, pois assim, gerará cada vez “mais-valia”, substrato para a acumulação do capital. A urbanização do espaço deve ser analisada, então através desta ordem de produção e acumulação do capital. A expansão do território com a concentração de meios de consumo coletivos¹³ caracteriza a cidade capitalista e lhe confere uma nova face e dinâmica, permeada pela divisão social (e territorial) do trabalho, geradora das formas contraditórias de desenvolvimento urbano.

O espaço da baixada em Belém é bastante significativo, pois durante décadas estes espaços foram invisíveis ao poder público, já que não

¹³ Para Lojkin (1997, p. 154) os meios de consumo coletivos são “os transportes coletivos de passageiros, a assistência hospitalar ou o ensino escolar são valores de uso coletivos no sentido em que se dirigem ao consumo de uma coletividade social – ou – territorial”.

constavam de qualquer intervenção ou plano de urbanização, contudo, contava nos planos de habitação, principalmente a partir dos anos 60.

O Estado, ao esquecer a baixada, esqueceu-se de lembrar que uma imensa população, sem moradia, lembrou-se e a ocupou, ao seu modo. Mas o poder público esqueceu em termos, pois ao alijar as pessoas sem poder aquisitivo suficiente do centro da cidade, tornou as baixadas a única opção para a população que se direcionou para a cidade na busca de melhores condições de vida. Esses foram os espaços que restaram após a ilusão do eldorado que as cidades representaram em meados do século XX, o que fez cair por terra, aquela concepção, trazendo, assim em seu bojo uma forte exclusão sócio espacial.

3.2 AUTOCONSTRUÇÃO COMO ALTERNATIVA

As casas da baixada de Belém resguardavam, e algumas ainda resguardam, peculiaridades intrínsecas a nossa região fluvial, que tendo como habitantes, em sua maioria, ribeirinhos, advindos do interior da Amazônia, não encontraram grandes dificuldades de adaptação ao alagado, uma vez que, soluções foram imediatamente postas em prática. Essas saídas encontradas pelos moradores da baixada de Belém, são apontadas por Costa (1998, p. 70), em estudo sobre o significado da casa da baixada para os moradores:

Abriram caminhos entre matagais, cavaram poços, construíram estivas (pontes de madeira) e passagens, aterraram ruas com caroços de açaí, folhas e outros materiais encontrados na mata e levantaram suas casas, criando enfim um novo espaço urbano com características totalmente diferentes do resto da cidade (COSTA, 1998, p. 70).

Costa (1998) ainda chama atenção de que a mudança para a capital, para o ambiente urbano, desses recém-chegados habitantes, exigiu um reordenamento em diversos aspectos da vida do ribeirinho, pois implicou uma nova identidade que fosse adaptada a realidade da cidade. E diante desta nova conjuntura, a autora destacou a importância exercida pela habitação nessa apropriação do espaço urbano. Para Costa (1998, p. 70):

A solução habitacional nas baixadas implica principalmente na utilização de todos os meios disponíveis para os moradores construírem suas próprias casas. Estas seguem inicialmente um mesmo padrão: a utilização de materiais como madeira, barro, palha, troncos de árvores locais, e de materiais reciclados como lona, cavaco de madeira, plástico, papelão. A organização espacial da habitação depende, basicamente, das condições econômicas das famílias, sendo tal fator preponderante na possibilidade de modificação e ampliação da casa.

A autoconstrução é, assim, uma prática adotada por este segmento social que busca ocupar as baixadas, já que a mudança do meio rural para o urbano implicou profundas alterações em sua vida cotidiana e a satisfação da necessidade de morar. Mas para que a construção da casa seja posta em andamento é necessário dispêndio de força de trabalho e condições financeiras, sendo estes fatores, determinantes para a construção da habitação, nas baixadas, da classe trabalhadora de Belém.

A ausência de alternativas para moradia acaba levando um grande contingente de trabalhadores a construir suas moradias em locais irregulares de maneira ilegal. Acerca da ação de autoconstruir e seus reflexos, Maricato (2002, p. 5), argumenta:

A autoconstrução de casas em loteamentos ilegais ou em terras ocupadas irregularmente, prática vista com bons olhos por alguns que enfatizavam a capacidade e a solidariedade presente nas iniciativas populares de construção da cidade, conduziu, ao final de muitos anos, a um grande desastre. Algumas das maiores aglomerações do mundo, como são os casos do Rio de Janeiro e São Paulo têm regiões inteiras construídas a partir dos esforços fragmentados e espontâneos de um sem-número de agentes isolados. O resultado é caótico, como se pode constatar na zona oeste do município do Rio de Janeiro: terras sem lei seja para a ocupação urbana seja para a resolução de conflitos entre os moradores. Mas irregularidade urbanística não pode ser atribuída apenas à população sem alternativas (MARICATO, 2002, p.5).

Tendo como pano de fundo a questão habitacional na cidade do Recife, Lima (2005), em “A cidade autoconstruída”, utiliza o estudo sobre a autoconstrução como alternativa de acesso a moradia da classe trabalhadora, ou como a autora denomina, aos pobres. Fecha como limite temporal as décadas de 80 e 90 do século XX, explicando os determinantes e condicionantes que concorreram para que se instalassem processos

autoconstruídos de moradias entre os segmentos de “baixa renda”, através de duas modalidades, sendo elas a autoconstrução por conta própria e subsidiada pelo poder público. Apresenta a relevância do problema, do objeto, e objetivos. Expressa qual a relevância pessoal e social, cultural, política, da pesquisa. Relaciona autores consultados. O quanto possível indica as insuficiências teóricas e/ou práticas dos estudos sobre o tema até o momento e, assim, justifica a importância de pesquisá-lo.

3.3 A CIDADE CAPITALISTA E A POLITICA PÚBLICA PARA A HABITAÇÃO NOS ANOS 60 E 70

Com a intenção de discutir a questão das moradias autoconstruídas, ou melhor, que representação moradores migrantes idosos tem deste processo, penso na relevância em apreender algumas discussões concernentes a cidade capitalista, seus reflexos na capital paraense, o debate em torno da migração, da representação, bem como a categoria autoconstrução como componente de resistência, e perpassar sobre reflexões em torno da moradia.

Para isso, parto das análises de Henri Lefebvre, para quem as grandes cidades desenvolvem de forma perfeita, indústria e comércio, sendo ainda nas cidades que se manifestarão de forma direta as consequências destes condicionantes sobre o proletariado. Ao analisar a obra “A situação da classe operária na Inglaterra” de Engels, aponta a descoberta do autor, acerca do horror diante da realidade urbana:

No entanto, jamais essa realidade se identifica para ele como uma simples desordem, ainda menos com o mal, com uma doença da sociedade, como em muitos textos literários e científicos até nossa época. A burguesia detém o capital, isto é, os meios de produção. Ela faz uso dele; ela determina as condições de seu uso produtivo. Sem tomar qualquer posição depreciativa, Engels coloca em plena luz os fortes contrastes da realidade urbana, a riqueza e a pobreza justapostas, o esplendor e o horror (a indignidade e a pobreza recebendo dessa vizinhança um colorido intenso e patético). (LEFEBVRE: 1999, p. 14)

A cidade manifesta-se assim, como um conjunto bem articulado de contradições, refletindo a ordem e a desordem urbana, tanto da cidade quanto

da habitação, mas que, todavia, revelam a sociedade inteira. A concepção da existência de uma ordem atrelada a uma desordem na cidade também é confirmada através dos estudos de Corrêa (1995, p.8) para quem o espaço urbano é um espaço fragmentado e ao mesmo tempo articulado. Ainda assim, o espaço se configura como um reflexo da sociedade, pois se apresenta “[...] fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes [...]”.

O estudo do espaço urbano, partindo da análise do sistema de produção capitalista, exige considerar que a historicidade inerente a este sistema produz um contexto urbano que, por sua vez, origina a questão habitacional condicionada pelas influências do capital.

Para Silva (1989) o urbano é histórico, desta feita, a autora o avalia, levando em consideração o estágio de desenvolvimento do capitalismo, como a forma mais desenvolvida da divisão social do trabalho. No entanto, a autora acrescenta que não se pode explicar o processo de urbanização levando em conta uma relação exclusiva com o modo de produção capitalista. Sendo assim, Silva (1989, p. 13) expõe:

Todavia, a urbanização não pode ser reduzida a uma relação direta e unívoca com o capitalismo, como numa relação efeito/causa. Por outro lado, o urbano não pode ser concebido como simples fato demográfico por expressar uma aglomeração populacional sobre um território, nem uma perspectiva dualista que o reduz à face oposta do rural. Urbano e rural são, antes de tudo, pólos em articulação pelas relações de reciprocidade que os transformam num todo (SILVA, 1989, p. 13).

Sendo assim, estudar o urbano e, atrelado a ele, o processo de urbanização requer entender que diversos aspectos influem nesta análise, pois ao se pôr enquanto expressão do sistema capitalista apresenta-se como espaço de luta das classes sociais conflitantes. Assim, o urbano se constitui para Silva (1989, p. 14):

[...] enquanto processo que resulta num ambiente construído, é representado por uma infra-estrutura material e física para produção, circulação, troca e consumo e é produto da ação e interação de diversas forças que assumem perspectivas divergentes e antagônicas, isto é, é modelado pela luta de classes, gerando

interesses e conflitos nos locais de trabalho, com ampliação para outros setores da convivência social do trabalhador. Daí, o domínio do capital se estende para além das fronteiras da fábrica, passando o local de moradia e áreas de consumo coletivo a constituírem, também, centro significativo de embate entre as classes, o que significa que essa luta se trava no âmbito da produção, mas o consumo é igualmente seu foco expressivo (SILVA, 1989, p. 14).

O local de moradia, como aponta Silva (1989), é um espaço que é expressivo e demonstra de maneira evidente a segregação e a luta pelo direito de morar.

Na realidade, desde meados do século XX, observou-se imperar no Brasil uma ideologia que apregoava o desenvolvimento do país. E neste contexto, a Amazônia passa a inserir-se a partir da concepção de integração, ou seja, era imprescindível ocupar esta região e integrá-la ao restante da nação. Todavia sabe-se que o que de fato se propunha era inserir a Amazônia a uma nova dinâmica de produção, ou melhor, “nova” pelo menos para os povos da região.

Por meio do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1972-1974), que trouxe em seu bojo o Plano de Integração Nacional (PIN), objetivava-se garantir um programa de ações que visavam a integração nacional. A região amazônica passa a fazer parte então, dos ideais de vida de muitos migrantes de diversas partes do país, mas especialmente do nordeste. Ao integrar a Amazônia à dinâmica de mercado globalizado, a urbanização que resultou deste processo trouxe a marca da exclusão em seus mais diversos aspectos, bastando observarem-se as condições de habitabilidade reservadas aos que não detém o capital.

Os investimentos e incentivos federais na Amazônia fizeram com que esta região se revelasse como grande centro de atração populacional, principalmente após a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a implantação de Grandes Projetos de Exploração Mineral e a abertura de rodovias, que passaram a ligar o norte ao restante do Brasil. Além dos migrantes de outros estados, a migração intra-estadual em direção a capital, Belém, também teve um aumento significativo em termos quantitativos. Sem rejeitar, todavia, o aparecimento de cidades de porte médio e intermediário que se estenderam ao

longo das rodovias federais, que também representaram polos de atração populacional no período.

Com esta vinda maciça para a capital do Pará, muitos nordestinos, ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, pequenos comerciantes, pescadores, direcionaram seus sonhos, objetivos de vida e perspectivas para Belém, buscando assim, fixar residência num local que lhes trouxesse melhores expectativas para si próprios e suas famílias.

Esta instalação da classe trabalhadora migrante em meio urbano não produz ação interventiva alguma por parte do Estado, já que esta parcela populacional é que arcou e ainda arca com todo o ônus, uma vez que é levada a recorrer aos seus próprios recursos com vistas a suprir suas necessidades de moradia e saneamento, repetindo tradicionais hábitos rurais (MARICATO, 1982).

A respeito disso, Maricato (1982, p. 74) refere sobre a necessidade de, a classe trabalhadora, investir seus próprios esforços em práticas de subsistência enraizadas em seus costumes rurais, haja vista, não dispor de recursos suficientes para prover a infraestrutura básica exigida no ambiente urbano. Esta, ao contrário de ser executada pelo poder público e dirigida a população, é ofertada como mercadoria para quem possa acessá-la:

Pode parecer “natural” que a massa trabalhadora migrante construa sua própria casa na cidade como fazia no campo. Essa prática pode passar como um dado cultural simplesmente. É preciso lembrar, entretanto, que, longe de se ligar a uma cultura de subsistência (quando é o caso mesmo na zona rural) na cidade, essa massa é maciçamente assalariada e perfeitamente integrada numa economia urbana industrial capitalista. Se ela mantém algumas práticas de subsistência, construindo as casas, abrindo poços para se abastecer de água, abrindo fossas para o esgoto, é porque não lhe resta outra alternativa, já que ela não tem condições de comprar esses produtos ou pagar por esses serviços, seja pelo baixo poder aquisitivo dos salários, seja porque as políticas oficiais estatais tratam a infraestrutura e equipamento urbano, coletivos ou não, e mais frequentemente, combinadas a eles (MARICATO, 1982, p.74).

O Estado, nos anos de 1960, por meio da aplicação de recursos passa a investir na política habitacional de forma mais sistematizada. Isto se deveu a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em agosto de 1964, que tinha por finalidade imediata solucionar o déficit habitacional do país.

Não obstante, o que se mostrou de fato foi a legitimação da lógica da acumulação, pois ao contrário do Estado investir recursos na habitação popular (onde se encontrava historicamente a grande lacuna habitacional brasileira), este direcionou seus investimentos aos setores economicamente mais rentáveis, ou seja, injetou recursos em habitações de alto e médio custo. Agindo assim, o Estado tomou para si duas funcionalidades: investidor capitalista, na medida em que tenta reproduzir seu capital e instrumento do capital privado, já que através de suas ações aquece a produção de setores como a construção civil e a indústria de materiais de construção (MARICATO, 1982).

Para complementar este quadro, o período compreendido entre as décadas de 60-70 demonstrou uma acentuada queda na renda do trabalhador brasileiro, conforme destaca Maricato (1982, p. 81):

A queda do poder aquisitivo do trabalhador correspondeu na década de 60-70 um acentuamento na concentração de renda junto a parcelas menores da população. Cinquenta por cento da população brasileira, que em 1960 apropriaram de 17,7% da renda nacional, veem essa relação reduzida para 13,1% em 1970 (MARICATO, 1982, p.81).

A década de 70, no Brasil, demarca um momento de grande desafio para a classe trabalhadora em se tratando do direito a moradia, pois neste contexto, a crise econômica que se instalou mundialmente trouxe dois processos, conforme pontua Gomes (2005, p.152):

[...] de um lado, as novas determinações postas pela globalização da economia que provocam o agravamento e redimensionamento da questão urbana, revelando novas expressões e configurações da problemática da pobreza na cidade; do outro lado, o encolhimento da ação estatal na área social e especialmente a substituição de programas de caráter abrangente e universal por programas focalizados que configuram um novo padrão de intervenção na área de habitação (GOMES, 2005, p. 152).

Os anos de 1970 viram ainda despencar os investimentos em habitação, o que conseqüentemente ocasionou uma desenfreada especulação imobiliária e a supervalorização de espaços mais centrais das cidades. O papel

do Estado passa a sofrer uma desregulação no que diz respeito a sua atuação social, possibilitando assim, proposições de políticas pontuais que privilegiaram a produção individual/privada de moradias (GOMES, 2005).

A retração das ações estatais teve como determinantes a reestruturação produtiva e a globalização da economia que colocaram os países em um quadro de crise excessiva nos anos 70, expondo às economias de mercado o arrefecimento do regime de acumulação denominado fordista-keynesiano e consagrando uma nova fase no sistema capitalista contemporâneo, baseado num processo de produção mais flexível.

Nesse panorama, os direitos sociais apontam para perspectivas cada vez mais contraídas, o que em grande parte deve-se a ascensão do modelo neoliberal, o qual impele a novos e surpreendentes desafios, especialmente a fração trabalhadora da sociedade. Sendo assim, papéis são redelineados, bem como metamorfoses no processo de trabalho. A respeito disso, Maria de Fátima Cabral Gomes (2005), em artigo intitulado “O Serviço Social na área da Habitação - da tutela a mediação”, evidencia a importância do Serviço Social na condução dos processos de aprofundamento democrático na perspectiva dos interesses dos segmentos populares.

As alternativas de atuação profissional passam a ser determinadas por novos processos econômicos e políticos devendo, portanto, ser conectadas às possibilidades de radicalização da democracia, do ponto de vista político e do ponto de vista das condições materiais de trabalho e de vida. Os movimentos sociais, a partir das conquistas dos direitos de cidadania, mesmo no quadro da democracia burguesa, colocam como prioridade a reinserção produtiva do trabalhador e a luta por sua autonomia crescente do capital, que pode passar pela redistribuição prévia da renda (salário desemprego, bolsa-escola, renda-mínima, em níveis moralmente aceitos pela sociedade), ampliando as oportunidades de acesso universal à educação, à saúde, à habitação e ao trabalho relativamente autônomo, já que a crise da relação salarial parece que não será jamais equacionada com o retorno da relação salarial universal, própria dos 30 gloriosos anos, vividos sob o fordismo. Acrescenta-se ainda o fato de que esta universalização do assalariamento, inerente a este regime de produção, e o Welfare State não foram plenamente efetivados na América Latina (GOMES, 2005, p.12).

No bojo ainda da crise dos anos 70 atrelada a todos os fatores que ela acarretou, a autoconstrução como uma via alternativa para equacionar o déficit na situação habitacional foi alvo tanto de ações empreendidas

espontaneamente pela população, quanto por ação subsidiada pelo Estado, que confisca essa prática tradicional entre as famílias da classe trabalhadora, transformando-a em política habitacional.

Sobre esta ação do poder público de apoderar-se da prática de autoconstruir dos sujeitos da classe trabalhadora e sua necessidade de moradia, assim como a autoconstrução como instrumento de resistência diante da ausência de projetos habitacionais que contemplem seus direitos de moradia, Lima (2005, p.119), argumenta:

De fato, a ação estatal, ao absorver a autoconstrução de moradias, por meio da política habitacional, programas e projetos, captura práticas enraizadas em tradições históricas das famílias trabalhadoras, que representam formas de resistência e luta por permanecer no urbano. São práticas antecessoras da ação do Estado, que delas se apodera ao formular a política habitacional, dando-lhes roupagens diversas. Todavia, tais práticas continuam presentes no cotidiano da população pobre.

Tomando como fundamento ainda esta argumentação, é possível novamente, recorrendo a Maria Helena Beozzo de Lima (1979) apreender que a autoconstrução pode ser acessada como uma opção na busca de equacionar a “carência habitacional”, ou melhor, dizendo, a necessidade de morar com o modelo econômico vigente. Esta maneira de conquista da casa própria, determinada pela socióloga como não capitalista, constitui-se também em uma atitude de resistência, à ausência de condições de acesso à moradia. Contudo, é necessário frisar que a autoconstrução não resolve ou encerra o problema, embora o minimize. A respeito dessa argumentação, a autora declara:

Num sistema cujo modelo de crescimento da economia prevê a compressão salarial, de forma que os salários são absolutamente insuficientes para garantir a reprodução da família trabalhadora, os loteamentos periféricos se apresentam para uma grande parcela da classe trabalhadora como uma possibilidade de resolver o seu problema habitacional. É nesta situação, de salários achatados e insuficientes para pagar aluguéis ou comprar moradias prontas, que a questão da habitação proletária vai encontrar uma alternativa de solução na autoconstrução, uma forma não-capitalista de produção de moradias, que constitui uma resposta da classe trabalhadora ao empobrecimento crescente a que tem sido submetida. (LIMA, 1979, p. 71)

É assim que, há tempos, a classe trabalhadora vem apostando em solucionar sua precisão em morar por conta própria, substituindo a ausência de recursos financeiros por trabalho, abdicando, assim, de seu descanso semanal, o qual serviria para repor sua energia gasta com sua jornada obrigatória semanal de trabalho.

Através do processo de autoconstrução é possível ainda, semelhante ao que ocorre nos mutirões destacados por Maricato (1982), que o morador e construtor obtenha uma visão integral da construção, permitindo dessa maneira travar um contato desalienante com o produto final, uma vez que, o trabalhador participa desde o planejamento à execução de sua habitação.

Há mais importância e pouco estudo do que se pode imaginar acerca da autoconstrução, por isso mais uma vez recorro a Maricato (1982, p. 72-73), quando esta manifesta seu julgamento no que tange a autoconstrução, especialmente a produção de habitações por conta própria como meio de sanar as lacunas deixadas pelos diversos programas, projetos e políticas estatais:

A importância quantitativa e (qualitativa) da autoconstrução junto ao proletariado das grandes cidades dos países capitalistas dependentes mostra que os programas e políticas oficiais estatais de habitação são muito menos importantes na produção da habitação popular do que querem fazer crer os relatórios técnicos oficiais. É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos) (MARICATO, 1982, p. 72-73).

O debate em torno desta temática é bastante controverso e há muito vem fomentando acaloradas discussões críticas a respeito, especialmente do processo de autoajuda implementado pelo Estado, o qual reduz a responsabilidade deste na condução de políticas públicas de habitação e eleva o supertrabalho da classe trabalhadora ou um trabalho excedente que não será pago. Acerca dos meandros que cercam as discussões em torno da temática, Lima (1979) argumenta:

A autoconstrução de moradias configura práticas enraizadas em tradições históricas, empreendidas por segmentos populares. Todavia, recorrentemente, o Estado apropria-se dessas práticas, incorporando-as na formulação de políticas e programas. Essa

incorporação impõe, muitas vezes, uma feição híbrida às políticas públicas. Dissimula e desconecta questões essenciais e inerentes à questão habitacional, à forma capitalista de produzir. Simultaneamente, apreende, noutra registro discursivo e prático, uma produção social baseada no valor de uso, recolocando-a na direção da reprodução do capital. . (LIMA, 1979, p.123)

O incentivo direto ou indireto a este tipo de produção social baseada no valor de uso configura-se em uma prática um tanto complexa, porque mascara a real intenção do governo que a estimula. A incorporação dessa prática a formulação das políticas públicas para a área da habitação procura esconder a ação real, ou mesmo a não ação, já que deixa partir do trabalhador a atitude de construir sua moradia, a qual é um direito seu, assim sendo, necessária a garantia pelo Estado.

4 CAPÍTULO 4

ENVELHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: Aproximações possíveis.

Este capítulo traz elementos para a compreensão do processo de envelhecimento que se apresenta para a atual realidade brasileira, bem como um breve histórico acerca da velhice e das discussões em torno da temática. Apresento ainda um debate sobre a importância social do espaço da casa e por fim, desenvolvo uma abordagem acerca da representação social.

4.1 VELHICE: UM BREVE HISTÓRICO

É preciso, assim, delimitar a existência de duas categorias de velhos, uma pertencente a classe trabalhadora, bem maior em quantidade, e a outra bem mais reduzida pertencente a classe oposta àquela. Sendo assim, segundo Beauvoir (1990), qualquer generalização em uma análise desatenta está sujeita a mascarar esta distância entre estas categorias.

As discussões sobre a velhice e seu processo, comparadas a outras discussões teóricas sobre o ser humano, são recentes. Isso pode ser explicado pelo fato de que durante séculos a Medicina sustentou as explicações teóricas de Galeno, que ainda no século II realizou uma síntese geral da Medicina antiga. Como na Idade Média, o contexto social inspirava a obediência e o não questionamento, este teórico triunfou em sua teoria que afirmava que a velhice seria um estágio intermediário entre a doença e a saúde. A Igreja Católica foi fiel aos ditames de Galeno, e sendo esta, àquela época, detentora de grande poder, os que estavam sob seu domínio não ousavam discuti-los. Deste modo, a velhice ficou por longo período mal compreendida.

Beauvoir (1990) faz uma longa análise em sua célebre obra “Velhice”, onde reúne, sob o ponto de vista da exterioridade, os teóricos desde a antiguidade até a sua contemporaneidade, que se dispuseram a responder e também a perguntar sobre o declínio que o organismo apresenta do ponto de vista biológico.

O envelhecimento, enquanto fenômeno populacional recente, na história brasileira, traz em seu bojo profundas transformações nos diversos aspectos das relações da vida em sociedade: econômicas, demográficas, biológicas, psicossociais e culturais. Este fenômeno humano, há muito investigado pela Medicina, hoje reflete um estágio de conquista vitoriosa por parte das políticas públicas. Concordando com Mercadante (2003), que parte também de Beauvoir:

A velhice é ao mesmo tempo natural e cultural. É natural e, portanto, universal se apreendida como um fenômeno biológico, mas é também imediatamente um fato cultural na medida em que é revestida de conteúdos simbólicos. São esses conteúdos que informam as ações e representações dos sujeitos. (MERCADANTE, 2003, p.56)

É assim, a velhice, tanto um processo cultural quanto biológico. É cultural porque traz em seu bojo a carga simbólica que é responsável por transmitir as representações e ações dos sujeitos velhos. As alterações físicas compõem o aspecto biológico natural pelo qual o organismo humano está sujeito.

Há neste primeiro quartel do século XXI uma imensa responsabilidade sobre as pesquisas, sobre os profissionais e sobre a sociedade como um todo, pois é neste século em que estamos vivendo, que mais acentuadamente o envelhecimento transcorrerá. Esse fator se deve ao processo de transição demográfica observado no Brasil, principalmente nas últimas décadas do século passado. A desaceleração nas taxas de fecundidade, iniciada em meados da década de 60, adicionada a queda da mortalidade reflete visivelmente um processo de envelhecimento populacional acelerado. Essa mudança possui razões variadas, mas uma das mais significativas e procedentes diante das abordagens deste trabalho é de que ela:

[...] é fruto do intenso processo de urbanização da população, é a necessidade crescente de limitação da família, ditada pelo *modus vivendi* dos grandes centros urbanos, principalmente em um contexto de crise econômica. Isto decorre, dentre outros fatores, da progressiva incorporação da mulher à força de trabalho, e das mudanças nos padrões socioculturais decorrentes da própria migração (VERAS, 2003, p.6).

Maricato (2002) aborda essa questão em “Dimensões da tragédia urbana”, ao relacionar o aumento das taxas de expectativa de vida, especialmente a partir da segunda metade do século XX, a evolução dos indicadores sociais (diminuição da mortalidade infantil, aumento do nível de escolaridade, decréscimo da taxa de natalidade, entre outros), com o processo de urbanização brasileira. Sobre este aspecto, pontua:

A evolução dos indicadores sociais que acompanham o processo de urbanização no Brasil apresenta um quadro contraditório. Desde os anos 1940 podemos festejar a queda ininterrupta da mortalidade infantil (de 149 mortes para cada mil nascidos vivos, em 1940, para 34,6 em 1999), o aumento, também ininterrupto, da expectativa de vida (de 42,7 anos, em 1940, para 68,4 em 1999) e a queda do número de filhos por mulher em idade fértil (4,4 filhos, em 1940, para 2,2 em 2000). O nível de escolaridade, como todos sabemos, também evolui positivamente ao longo do período. Esses dados, fornecidos pelo IBGE, propiciam uma leitura bastante positiva da evolução da sociedade brasileira no século passado. Tanto o aumento da expectativa de vida quanto a diminuição da mortalidade infantil, bem como a diminuição da taxa de natalidade, constituem variações significativas e, sem dúvida, benéficas no que diz respeito à qualidade de vida. (MARICATO, 2002, p.1)

Maricato (2001) a respeito do processo de urbanização argumenta:

A urbanização da sociedade brasileira tem constituído, sem dúvida, um caminho para a modernização, mas, ao mesmo tempo, tem contrariado aqueles que esperavam ver, nesse processo, a superação do Brasil arcaico, que muitos supunham, estava vinculado à hegemonia da economia agroexportadora. O processo de urbanização recria o atraso através de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização. (MARICATO, 2001, p. 15)

Este intenso processo experimentado pelo Brasil, especialmente, a partir da segunda metade do século XX, foi um fenômeno que aprofundou significativamente as marcas da segregação, principalmente no que concernem as marcas da desigualdade social presentes nos centros urbanos brasileiros.

4.2 UM PANORAMA DA AMAZÔNIA ATUAL

De acordo com estudo realizado por Carvalho (2012), a Amazônia novamente é alvo da ideia de “vazio demográfico”. A retomada deste discurso

veiculado repetidas vezes durante a ditadura militar brasileira, explica, na atualidade a instalação de uma nova leva de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia (Instalação da mineradora Alcoa em Juruti (PA), Construção da hidrelétrica de Santo Antônio e Jirau em Porto Velho (RO) e a construção da Usina de Belo Monte em Altamira (PA)), o que possibilita a “permissão” de sua ocupação e controle. Contudo, este mesmo pesquisador, adiante coloca em discussão este “novo-velho” discurso, ao demonstrar que a relação explosão demográfica versus meio ambiente, pauta entre ambientalistas, constitui-se em uma equação que sempre traz como saldo, problemas ambientais de toda ordem. Mas como explicar, pergunta o autor, a explosão demográfica como a principal causa da degradação ambiental, diante do vazio demográfico que a Amazônia representa? Há nesta questão a necessidade de se identificar que atores e quais interesses estão agindo neste território, os quais vêm levando, ao longo de décadas, a Amazônia a um cenário agudo de desmatamento.

Em Relatório da Palestra sobre Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, realizada em 2004, a professora Edna Castro demonstrou, que do fim dos anos 70 até o ano 2000, em diversos estados da Amazônia Legal o desmatamento se manteve, contudo no Pará, Rondônia e Mato Grosso, esse crescimento foi muito significativo. Todavia, a pesquisadora pondera que este dado não deve ser analisado como mero índice estatístico, mas sim como um movimento que se dá pelo território, o qual adverte para a existência de uma história nacional de atores sociais diversos. Segundo o Relatório da Palestra sobre Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, proferida pela referida professora e apresentado pela Presidência da República (BRASIL, 2004, p. 11):

A questão econômica é fundamental para se entender as diversas variáveis, a dinâmica espacial dos atores sociais e ao mesmo tempo, a dinâmica da própria atividade e do crescimento do País que está diretamente interligado com a ocupação das novas fronteiras (BRASIL, 2004, p.11).

Esse movimento, nos últimos anos, tem se apresentado na Amazônia através da migração intrarregional, ocasionada principalmente pela implantação dos megaempreendimentos já citados anteriormente, o que vem

promovendo, por meio do surgimento de novos eixos de deslocamento populacional, agora, em direção às cidades médias do interior do Brasil. E concordando com Singer (1980), para quem a migração é um fenômeno de cunho social e dimensão assentada em processos sociais, econômicos e políticos, assim as migrações internas “são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1980, p. 217).

Além é claro dos centros urbanos regionais de porte médio paraense, entre eles os já destacados Altamira e Juruti, mas também, Marabá, Santarém e Parauapebas, destacou-se uma maior concentração populacional nas aglomerações no entorno das capitais Manaus (AM), Belém (PA) e Macapá (AP) e nas próprias capitais, as quais acabam configurando-se posteriormente como receptáculos de parte da população migrante.

A respeito disso, Carvalho (2012) ainda faz uma análise da fragmentação socioterritorial gerada em decorrência da não horizontalização do desenvolvimento:

Os eixos de integração, em vez de promoverem a horizontalização do desenvolvimento, tendem a provocar a fragmentação socioterritorial da região, na medida em que não é a totalidade do território que interessa às empresas, mas somente aquelas frações capazes de inserir-se competitivamente na globalização capitalista, ou aquelas que concentram recursos estratégicos à competitividade empresarial. Dessa forma, um dos problemas possíveis de ocorrer é o deslocamento populacional de determinadas áreas para outras com economia mais dinâmica, beneficiadas pela concentração dos investimentos públicos e privados. Então, a estagnação econômica e o esvaziamento populacional podem ser os resultados concretos desse processo para parcelas significativas do território regional, “desprezadas” pelo Estado nacional ou pelos grandes grupos econômicos. (CARVALHO, 2012, p.156)

Esse recente fenômeno de mobilidade populacional, veio acentuando-se nas últimas décadas do século XX, e tem apresentado mudanças nos eixos de integração e atração, já que está havendo um redirecionamento dos fluxos migratórios em direção às cidades médias, comparado à diminuição da busca pelos grandes centros urbanos. Contudo, os centros urbanos passam, posteriormente, a serem candidatos à atração novamente, quando há o

exaurimento da atividade que impulsionava as relações de produção capitalista.

O Brasil, de acordo com dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo do IBGE (2010), registrou crescimento populacional desigual entre as grandes regiões e unidades da federação.

A componente migratória foi expressiva para as altas taxas de crescimento registradas no Norte e Centro-Oeste brasileiro. Conforme apresenta o IBGE (2011), “as dez Unidades da Federação que mais aumentaram suas populações em termos relativos se encontram nessas duas regiões”.

As regiões que apresentaram maior contingente populacional no último período intercensitário foram o Sudeste e o Nordeste. Todavia, é válido ressaltar que os estados com maior participação absoluta no crescimento populacional do País, no período de 2000 a 2010, foram: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará e Ceará.

Abaixo, o crescimento absoluto da população paraense, somado aos dados do crescimento absoluto, da população brasileira e da Região Norte:

Quadro 3. Crescimento absoluto, da população brasileira e da Região Norte.

País/ Região/ Unidade da Federação	Período Intercensitário	
	1991/2000	2000/2010
Brasil	22 973 695	20 956 629
Norte	2 870 148	2 963 750
Pará	1 242 247	1 388 744

Fonte: IBGE (2010)

4.3 ENVELHECIMENTO E SEUS DESAFIOS

Os dados iniciais do último censo brasileiro divulgados no primeiro semestre de 2011 revelam o que há tempos as expectativas apontavam. A

participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 5,9% reveladas no censo de 2000, chegou a 7,4% em 2010 (IBGE, 2011). O resultado do aumento quantitativo do segmento idoso indica a necessidade de ser estudado, refletido e abarcado no interior de políticas públicas que urgentemente deem conta de atender com qualidade e dignamente as demandas que se apresentam neste início de século ao país.

A proporção de idosos em relação a de crianças vem aumentando rapidamente e a maioria destes idosos são habitantes das grandes cidades brasileiras. Isso demonstra a necessidade em investigar mais sobre a realidade deste segmento social que reside em Belém, considerando que embora não seja uma grande cidade brasileira, o crescimento da população idosa pode ser comprovado na comparação entre os dois últimos censos, o de 2000 e o mais recente de 2010, demonstrando que no estado do Pará este segmento social teve seu número quase dobrado. Considerando como base a capital paraense, este aumento foi de aproximadamente 68%, já que em 2000 a população idosa, de 60 a 64 anos, era de 28.805, saltando para 42.185 no ano de 2010. (IDESP: 2000-2010)

Pereira (2005) aponta algumas evidências que vêm estimulando o desenvolvimento de estudos, especialmente nos cursos de Serviço Social, direcionados ao fenômeno do envelhecimento. Entre essas, a autora destaca três pontos basilares nas atuais discussões sobre o tema: o fenômeno em si, ou seja, o contínuo envelhecimento populacional e que para a autora, constitui-se enquanto um fenômeno sociopolítico inédito; as necessidades que estão intrinsecamente relacionadas a este fenômeno, as quais trazem à baila a preocupação em se discutir as dimensões social, econômica, psicológica e cidadã, e não apenas os aspectos biológicos do envelhecer e o entendimento de que é preciso contribuir com o esclarecimento das instituições e dos agentes de proteção social que atuam com este segmento social.

A década de 70, a qual foi pesquisada neste trabalho, não abrigou debates e discussões muito profundos sobre a velhice e sobre o envelhecimento, pois naquele momento o Brasil tinha sua imagem fortemente atrelada a ideia de um país jovem, onde a perspectiva de futuro promissor

estava estreitamente relacionada às taxas demográficas que apontavam elevada população de crianças e jovens.

A velhice, analisada enquanto fenômeno biológico da espécie humana apresenta-se permeada de particularidades. Entre elas destacam-se mudanças psicológicas, comportamentais e fisiológicas, as quais implicam consequências diretas em sua dimensão existencial. Contudo, é preciso advertir que o homem vive sempre esta velhice a luz do que o estatuto social lhe impõe. A sociedade, assim, conforme Beauvoir (1990):

[...] destina ao velho seu lugar e seu papel levando em conta sua idiosincrasia individual: sua impotência, sua experiência; reciprocamente, o indivíduo é condicionado pela atitude prática e ideológica da sociedade em relação a ele. Não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um deles reage sobre todos os outros e é afetado por eles; é o movimento indefinido desta circularidade que é preciso apreendê-la (BEAUVOIR, 1990, p. 16).

O contexto social possui influência direta na determinação do sentido da velhice para o sujeito velho. Um homem velho morador de uma área que abriga todos os serviços urbanos necessários disponíveis não se reconhece da mesma maneira que um sujeito velho morador de uma baixada.

Conforme a aceção acima referida, o sujeito idoso não sente isso também da mesma forma, tanto que em pesquisa na área da Psicogerontologia (2009), aspectos diversos influem nas sensações do morar, bem como impactam no envelhecimento e na velhice. Com o intuito de perceber a subjetividade das moradias destinadas a idosos e que aspectos os faziam “sentir-se em casa”. Por meio da simples pergunta: “O que faz você se sentir em casa?”, os pesquisadores desenvolveram a pesquisa que concluiu que o poder de decisão predomina como o fator determinante na obtenção da sensação de estar em casa. Acompanha ainda, como fatores importantes, a liberdade, a privacidade e as relações sociais.

4.4 A IMPORTÂNCIA SOCIAL DO ESPAÇO DA CASA

Propondo um ponto de vista além do que propõe a arquitetura tradicional ou a engenharia, este estudo visa ampliar a função meramente descritiva objetiva do que seja uma casa para o idoso. A casa, na acepção mais próxima do que buscamos, acompanha, em certa medida, as proposições de Bachelard, (1978, p. 200):

Pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela [...] (BACHELARD, 1978, p.200).

Isto denota dizer que as lembranças da casa, o habitat, permanecem na memória. Acompanham, assim, nossas representações sociais e compõem também nossa identidade. Silva (2009) a propósito disso afirma:

O viver numa moradia representa mais que espaço físico, é o lugar em que a vida acontece diariamente, em que laços afetivos são construídos ou esgarçados. [...] O meio em que se vive, com as múltiplas relações, nutre nossa identidade. A identidade do idoso é construída socialmente na inter-relação dos mesmos, com as representações do que é ser idoso em nossa sociedade. (SILVA, 2009, p. 4)

Tomo, assim, de empréstimo a compreensão de Roberto Da Matta (1997, p.15), de que para a sociedade brasileira, a Casa e a Rua são duas características sociológicas, e seguindo este raciocínio afirma:

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DA MATTA, 1997, p.15)

A casa própria autoconstruída configura-se enquanto uma das duas formas de acesso a tão almejada casa própria. Segundo Villaça (1986), é produzida enquanto valor de uso e deve ser compreendida a partir do

rebaixamento com os custos de reprodução da força de trabalho, reforçando a típica necessidade do capitalismo.

Especialmente a partir dos anos 40, há a superação do modelo “casa de aluguel” e a tendência à produção de casas próprias. Villaça (1986), utilizando-se da expressão “ideologia da casa própria” demarca a difusão desta ideia pela classe dominante, afirmando que só a casa própria era objeto de segurança social e econômica, diante das inseguranças futuras. Contudo, segue afirmando que:

Hoje, a importância da casa própria está longe de ser ideológica. Corresponde a relações reais. A posse de uma casa não só confere mais status como facilita as relações econômicas, abre as portas aos empréstimos e aos crediários e constitui não só uma forma bastante segura de investimento como uma eficaz defesa contra a inflação. É claro que pode ser falsa a ideia de que para se ter segurança social e econômica é necessário ter casa própria, mas o mundo real construído pela burguesia tornou verdadeira essa ideia (VILLAÇA, 1986, p. 24).

A casa é muito mais do que expressão das relações socioeconômicas, e em uma primeira vista é apenas mais um elemento geométrico dentro da dinâmica urbana ou rural, já que para uma observação inicial, o que nos primeiro se apresenta são seus artefatos físicos.

No estudo sobre o bairro Restinga situado na periferia de Porto Alegre/RS, realizado por Gamalho e Heidrich (2008), reflete-se sobre duas formas de representação atribuídas ao bairro, são elas o espaço da representação, a qual remete a representação feita pelo morador da periferia e a representação do espaço, a qual geralmente segue uma concepção estereotipada. A periferia, neste estudo, é considerada a partir de seu viés social e não geográfico, já que pondera que a estratificação social carrega consigo a fragmentação espacial. Assim, o recorte espacial acaba se tornando um recorte de classe, o que reflete nas representações sociais diversificadas que são atribuídas a um mesmo espaço. Os autores afirmam que “não só a produção do espaço é dotada de intenção, mas também a produção do pensamento acerca desse espaço” (GAMALHO; HEIDRICH, 2008, p. 4), reservando a devida importância às práticas sócio espaciais.

Em estudo sobre a casa e a produção de moradia, Perdigão e Gayoso (2012) perceberam fatores relativos à casa que vão além dos aspectos antes físicos, estruturais ou baseados somente no fator econômico, e vem contemplar as discussões exploradas neste trabalho, acerca das múltiplas feições que a casa possui, com destaque às moradias de Belém:

[...] a casa não se reduz às práticas sociais impostas pelo sistema econômico, também é uma expressão da afetividade, dos sonhos e esperança, da memória e do imaginário do grupo social, seja em uma sociedade tradicional e/ou moderna. No caso concreto de Belém e especificamente nas “ocupações urbanas”, pode-se indicar que as casas estão “afetadas” pelas práticas culturais próprias dos locais de origem de seus moradores e podem ser reflexos do processo econômico da cidade. Seu significado, uso e funcionalidade dos ambientes retratam a representação que o “ocupante” tem sobre a casa. (PERDIGÃO; GAYOSO, 2012, p.120)

O ângulo da leitura parte da casa, contudo o intuito foi destacar o sujeito morador idoso e é assim que:

Leituras pelo ângulo da casa ressaltam a pessoa. São discursos arrematadores de processos ou situações. Sua intensidade emocional é alta. Aqui, a emoção é englobadora, confundindo-se com o espaço social que está de acordo com ela. (DA MATTA, 1997, p. 19).

Aqui, a reflexão sobre a produção da moradia partiu do usuário do espaço, ou seja, foi fundamentada na experiência do morador. Com base na interpretação da casa como “lugar”, a arquitetura tem apoiado-se mais constantemente em ciências e teorias, anteriormente, pouco referenciadas em seus códigos profissionais. Sobre a prática da produção do espaço da casa com maior intervenção do usuário e a aplicação do conceito de lugar nas construções teóricas acerca da temática, Perdigão e Gayoso (2012) ressaltam:

A experiência de quem usa e produz o espaço construído sem os códigos profissionais da arquitetura pode ser decodificada nos precedentes espaciais e pela consulta direta aos usuários, oportunizando a inserção das referências vernáculas e as respectivas implicações dos significados subjacentes ao espaço produzido. O espaço habitacional será abordado por meio do “lugar” como conceito de apoio. Este conceito permite a aplicação direta do conhecimento da filosofia, geografia e psicologia, no que se refere ao significado do espaço na existência humana. Adota-se o conceito de lugar como o

espaço dotado de valor, conforme Tuan, para quem o significado de espaço se funde com o de lugar na vivência espacial. (PERDIGÃO; GAYOSO, 2012, p.121)

Sobre os conceitos de lugar associado ao sentido de habitar, mais recentemente discutidos entre os estudos da arquitetura, continuam:

O conceito de lugar, que é mais recente no campo da arquitetura, se associa ao de habitar, já bastante disseminado nas reflexões sobre habitação. Habitar é um conceito filosófico assumido no campo da arquitetura na tentativa de fazê-la ser compreendida em sua totalidade, incluindo sua relação com a natureza do ser, portanto, para além dos seus aspectos visuais. Isto repercute em novos desafios para aplicação de códigos profissionais, incluindo a vivência dos conceitos de lugar e habitar. (PERDIGÃO; GAYOSO, 2012, p. 122)

É seguindo esta linha de abordagem, tão particular e ao mesmo tempo tão ampla e complexa que este estudo aproximou-se do espaço da casa. Espaço este que obviamente possui aspectos físicos, mas também socioculturais tão singulares e significativos para os sujeitos.

4.5 REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Partindo do pressuposto de que as representações sociais precisam ser mais abordadas e discutidas no interior das produções das ciências sociais e ciências sociais aplicadas, este estudo parte da admissão de que esta importância aqui atribuída representa um avanço para o Serviço Social. Constitui-se em uma busca por um viés analítico, não inovador, mas desafiador, que aspira ao aprofundamento e enriquecimento das pesquisas em Serviço Social.

As representações sociais envolvem a relação simbólica existente entre o sujeito e um objeto, apresentando-se como uma forma de interpretar a realidade cotidiana, que é desenvolvida pelo sujeito ou por grupos de sujeitos com o propósito de agir e pensar a realidade e assim a sociedade. Para Franco (2004),

[...] elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e de gestos. No caso do uso de palavras, utilizando-se da linguagem oral ou escrita, os homens explicitam o que pensam, como percebem esta ou aquela situação, que opinião formulam acerca de determinado fato ou objeto, que expectativas desenvolvem a respeito disto ou daquilo... e assim por diante. Essas mensagens, mediadas pela linguagem, são construídas socialmente e estão, necessariamente, *ancoradas* no âmbito da situação real e concreta dos indivíduos que as emitem. (FRANCO, 2004, p.2)

Recorrer à representação social permitiu apreender o que representou para os sujeitos, hoje idosos, a autoconstrução de suas moradias, de que forma essa realidade é interpretada a partir das relações sociais da vida cotidiana, ou seja, auxiliou na construção social daquela realidade.

Assim, para trabalhar com a representação nos processos sociais, ou seja, como o conhecimento de determinada realidade ganha ou não validade, recorri às discussões em torno do conceito da representação social.

Para adentrar a discussão que envolve as representações sociais, não pude traçar outro caminho a não ser o que parte das construções teóricas de Serge Moscovici. Este romeno naturalizado francês, representante da escola psicossocial construtivista francesa, é um dos grandes expoentes no que alcança a Teoria das Representações Sociais. Vem ao longo das últimas cinco décadas influenciando, da Europa às Américas, incluindo com destaque o Brasil, pesquisadores que buscam compreender a discussão em torno do tema das representações sociais.

Partindo de uma dimensão histórico-crítica, rompendo assim com a tradição dos pressupostos positivistas e funcionalistas das demais teorias que iniciaram as discussões sobre o tema, por meio da Antropologia, da Psicologia Individual (com forte determinação behaviorista) e da Sociologia, Moscovici em suas construções sobre a teoria acerca das representações sociais deu forte destaque ao papel ativo do sujeito no processo de construção da sociedade, considerando que ele (o sujeito) também é criação desta mesma sociedade.

Advindas da obra de Durkheim, a origem do conceito de Representações Sociais, foi tomada por Moscovici (2010) e este esclarece a diferenciação existente entre os constructos baseados na Sociologia e a teorização com ênfase na Psicologia Social:

A sociologia vê, ou melhor, viu as representações sociais como artifícios explanatórios, irreduzíveis a qualquer análise posterior. Sua função teórica era semelhante à do átomo na mecânica tradicional, ou à dos genes na genética tradicional; isto é, os átomos e genes eram considerados como existentes, mas ninguém se importava sobre o que faziam, ou com o que se pareciam. Do mesmo modo, sabia-se que as representações sociais existiam na sociedade, mas ninguém se importava com sua estrutura ou com sua dinâmica interna. A psicologia social, contudo, estaria e deveria estar preocupada somente com a estrutura e a dinâmica das representações. Para nós, isso se explica na dificuldade de penetrar o interior para descobrir os mecanismos internos e a vitalidade das representações sociais o mais detalhadamente possível; isto é, em “cindir as representações”, exatamente como os átomos e os genes foram divididos. (MOSCOVICI, 2010, p.45)

Após ter recorrido a três hipóteses sobre a criação das representações sociais e a sua finalidade, Moscovici (2010) expõe o que pensa ser verdadeiro sobre a intenção de todas as representações sociais, que é “tornar familiar algo não familiar”. E assim explica:

O que eu quero dizer é que os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição. Espera-se que sempre aconteçam, sempre de novo, as mesmas situações, gestos, ideias. A mudança como tal somente é percebida e aceita desde que ela apresente um tipo de vivência e evite o murchar do diálogo, sob o peso da repetição. Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Como resultado disso, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a “realidade”. (MOSCOVICI, 2010, p. 54-55)

Tudo aquilo que em um primeiro instante demonstra ser distante do cotidiano, fora do habitual passa a ser dado como objeto de esforço das representações sociais. Concordando com o já mencionado anteriormente, Moscovici (2010) afirma a esse respeito que:

Quando tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que parecia

abstrato torna-se concreto e quase normal. Ao criá-los, porém, não estamos sempre mais ou menos conscientes de nossas intenções, pois as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não usual (incomum) apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual nós já estávamos familiarizados há tempo e que, por isso, nos dá uma impressão segura de algo “já visto” (*déjà vu*) e já conhecido (*déjà connu*). (MOSCOVICI, 2010, p. 58)

Por meio de dois processos ou mecanismos complementares as representações sociais são produzidas. Esses mecanismos foram definidos por Moscovici, e demonstram uma tentativa de organizar o processo de geração das representações pelos sujeitos.

Iniciando pelo processo denominado de *ancoragem*, este se manifesta quando há o impulso a tornar comuns imagens, categorias, situações, reservando a estas um lugar familiar, no interior dos sistemas particulares de categorias de cada um. Sobre este processo, Moscovici (2010), explica resumidamente:

No momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é re-ajustado para que se enquadre nela. Se a classificação, assim obtida, é geralmente aceita, então qualquer opinião que se relacione com a categoria irá se relacionar também com o objeto ou com a ideia. (MOSCOVICI, 2010, p.61)

Em seguida, dá-se o segundo mecanismo – contudo não representando uma sequência - denominado de *objetivação*, que tem por objetivo tornar algo abstrato em “quase concreto”, assim a objetivação visa tornar universos antes distantes, remotos, em universos acessíveis a nossos olhos. Moscovici (2010) apresenta mais apropriadamente este processo:

Para começar, objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância. Temos apenas que comparar Deus com um pai e o que era invisível, instantaneamente se torna visível em nossas mentes, como uma pessoa a quem nós podemos responder como tal. (MOSCOVICI, 2010, p. 71)

Um dos grandes impasses gira em torno da relação indivíduo-sociedade, pois se por um lado arriscava-se a enveredar por um debate individualizante,

por outro a subjetividade do sujeito não poderia deixar de encontrar seu espaço no mundo real e objetivo. Para Jovchelovitch (1995), a Teoria das Representações Sociais é o elo que faltava para encurtar a distância entre indivíduo (sujeito) e sociedade. Assim, segundo a autora:

As rupturas que a TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS propõe recolocar nos espaços constitutivos da teoria e do método em PSICOLOGIA SOCIAL um lugar para o mundo social e seus imperativos, sem perder de vista a capacidade criativa e transformadora de sujeitos sociais. Nesse sentido, eu acredito que ela é um acerto de contas com a PSICOLOGIA SOCIAL. Minha contribuição aqui se situa dentro desse acerto de contas. Neste capítulo, eu me proponho a apresentar alguns dos modos como a TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS se articula tanto com a vida coletiva de uma sociedade, como com os processos de constituição simbólica, nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar seu lugar através de uma identidade social. Isso significa deixar claro como as representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial estão necessariamente radicados no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros. (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 64-65, grifos do autor)

Berger e Luckmann (1985), em “A construção social da realidade”, defendem que a Sociologia do Conhecimento trata da análise da construção social da realidade. Assim sendo, trata da multiplicidade empírica do conhecimento nas sociedades, bem como dos processos pelos quais um conhecimento passa para chegar a ser socialmente aceito como realidade. Esta disciplina tem seus antecedentes intelectuais, de acordo com Berger e Luckmann (1985), no pensamento alemão do século XIX, onde os autores situam três matrizes filosóficas que serviram de bases imediatas, para o que, na década de 20 do século XX, Max Scheler, denominou de “Sociologia do Conhecimento”. Recorrendo ao pensamento alemão do século XIX, Berger e Luckmann apontam Marx, Nietzsche e o pensamento historicista, como os antecedentes imediatos de Scheler.

Segundo Berger e Luckmann (1985), a formulação dos conceitos de infraestrutura e superestrutura por Marx, assemelham-se ao esquema infra/superestrutura de Scheler, que, no entanto, ao contrário de Marx, pensava esta relação apenas de maneira regulativa, isto é, cabe aos fatores reais

controlar as condições que os ideais aparecerão na história, sem, contudo haver ingerência alguma sobre estes.

Os conceitos ideativos, segundo Scheler, inseridos da concepção da Sociologia do Conhecimento devem ser estudados a partir de uma seleção sócio-histórica, contudo, é necessário frisar que estes conteúdos independem de causalidade sócio-histórica. Tal ordem de significação demonstra que a Sociologia do Conhecimento não caminha segundo uma teorização histórico dialética, como proposto por Marx (1984) e segundo a qual é pautado este estudo ora aqui apresentado.

É, sobretudo, a noção de ideologia descoberta por Marx que alcança um dos constructos mais fundamentais na filosofia do conhecimento ao considerar que a consciência do homem é determinada por seu ser social. Isto nos faz pensar que, a consciência recebe influência direta do ser social, ou seja, daquele ser que está em plena atividade humana. O pensamento humano, assim fundamenta-se nas relações sociais produzidas por esta atividade, mais especificamente o trabalho. Tendo no conceito de ideologia seu expoente, no que tange a relação entre as ideias e o sujeito, Marx reserva àquela uma significativa função no interior do processo de dominação de uma classe social sobre a outra na dinâmica do sistema do capital.

Para Marx (1984), a produção de ideias está diretamente ligada a vida material e na atividade material. Dessa maneira, o pensamento, a ideia, a representação se dariam por uma relação inevitável com o comportamento material. O homem efetivo, atuante é produtor das suas próprias representações, já que seu substrato é retirado da relação deles com a natureza ou sobre a relação entre seus pares, ou mesmo das suas próprias constituições.

Em “A Ideologia Alemã”, Marx (1984), de acordo com o exposto anteriormente, desconsidera que este mundo da vida cotidiana advenha do pensamento, demonstrando que o caminho é inverso, ou seja, é o cotidiano que determina o pensamento, e conseqüentemente o que se relaciona a ele, como a representação.

Indo na contra corrente da filosofia alemã de seu tempo, a qual segundo Marx (1984) desce do céu para a terra, o filósofo afirma o movimento contrário. Segundo sua teorização acerca deste processo:

[...] não se parte do que os homens dizem, imaginam, se representam também não de homens ditos, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se de homens efetivamente ativos e a partir do processo efetivo de vida deles é também apresentado o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as imagens nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo material de vida, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. Com isso a moral, religião, metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência correspondentes a elas, não mantêm mais a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento, mas desenvolvendo a sua produção material e o seu intercâmbio material os homens mudam, com esta sua realidade efetiva, também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida determina a consciência. No primeiro modo de consideração parte-se da consciência como indivíduo vivo, no segundo, que corresponde à vida efetiva, parte-se dos indivíduos vivos efetivos e considera-se consciência apenas como a consciência deles. (MARX, 1984, p.193)

A história diante dessa concepção, não admite ser uma composição de simples fatos mortos e isolados, constituindo-se em pressupostos efetivos, assentados nos homens e em seus processos de desenvolvimento efetivo. Abstrações por si só não possuem valor nenhum para Marx, estas, todavia devem estar atreladas a história efetiva.

Com base nesta ideia, Marx apresenta a seguinte argumentação, sobre a importância do homem nesse processo:

Os homens são os produtores das suas representações, ideias, etc., mas os homens efetivos, atuantes, tal como são condicionados por um desenvolvimento determinado das suas forças produtivas e do intercâmbio correspondente às mesmas, até as suas formações mais amplas. (MARX, 1984, p. 192)

Em artigo, denominado *Marxistas e Sartre: convergências e divergências*, Azevedo (2001) relaciona autores da tradição marxista à obra de Sartre. Nele, a autora observa inclusive as fases que compuseram a trajetória do pensamento deste autor, incluindo sua aproximação clara à influência marxista.

Por volta dos anos 60 Sartre reúne conteúdos de viés marxista em textos apresentados no Brasil e entre eles destaca a questão da subjetividade na filosofia. Essa aproximação à teoria marxista demonstra a marca de uma nova forma de reflexão, agora de caráter mais social, que envolve a complexidade e possibilidade da relação indivíduo/sociedade. A apreensão do conceito de história se modifica para Sartre, assim: “(...) não se limitaria apenas a uma situação individual, ou a projetos individuais, dizendo respeito, sim, a projetos individuais inteiramente ligados a procedimentos complexos que envolvem toda uma situação social.” (AZEVEDO, 2001, p. 156)

É inerente ao indivíduo o ato da escolha e a capacidade de luta estando, estas características, presentes em todos os indivíduos. Contudo, Azevedo (2001) sinaliza que as questões propostas sobre a subjetividade pelo autor, até o momento, não tiveram resposta satisfatória em todos os seus aspectos, mas a respeito de questões políticas, sociais e éticas há uma manifesta proximidade de Sartre com autores como Agnes Heller, para quem o homem nasce num mundo já existente independente dele. Sartre, por sua vez, afirma que as opções de escolha sempre se dirigem a uma dada situação, ora já existente.

A práxis [...] é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização; o projeto, como superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade, [...] representa em si mesmo a unidade em movimento da subjetividade e da objetividade. [...] Apenas o projeto, como mediação entre dois momentos da objetividade, pode dar conta da história, isto é, da criatividade humana. É preciso escolher. Com efeito, ou se reduz tudo à identidade (o que leva a substituir o materialismo dialético pelo materialismo mecanicista), ou então, faz-se da dialética uma lei celeste que se impõe ao universo, uma força metafísica que engendra por si mesma o processo histórico (e é recair no idealismo hegeliano), ou ainda devolve-se ao homem singular seu poder de superação pelo trabalho e pela ação. Somente esta solução permite fundar no real o movimento de totalização: a dialética deve ser procurada na relação dos homens com a natureza, com as “condições de partida” e nas relações dos homens entre si. É aí que ela encontra a sua origem como resultante do confronto dos projetos. (SARTRE, 1979, p. 81-83)

Dentro dessa discussão é necessário ainda frisar outro aspecto na obra de Sartre que além de ter sua dimensão significativamente ligada ao que foi anteriormente discutido, reforça sua aproximação ao pensamento marxista que

é a questão da liberdade. Esta, segundo Sartre está envolvida na dinâmica social, já que depende dos outros; Heller, a respeito disso, tal qual Sartre, afirmará que sua liberdade depende da liberdade do outro.

Essa relação é analisada por Azevedo (2001, p. 160) diretamente abarcada pela vida cotidiana, e dessa maneira: “a liberdade é entendida nesse contexto em relação constante com a vida cotidiana, não existindo assim uma liberdade absoluta”.

A vida cotidiana fonte de conhecimento e prática social é objeto de complexidade, contraditoriedade e ambiguidade (CARVALHO, 2007). Apreendê-la, requer entendê-la também como instrumento de manipulação do Estado e da sociedade capitalista, já que analisada de determinado prisma ela é em si um espaço modelado por aqueles, já que transforma o homem, ocasionando o abandono de sua condição de sujeito. Mas também é necessário frisar que ela, a vida cotidiana, também é espaço de possível insurreição, porque é entrecruzada por “informações, buscas, trocas, que fermentam sua transformação” (CARVALHO, 2007, p. 4).

Os sujeitos em seu cotidiano refletem as contradições de uma cidade capitalista nas suas mais variadas expressões, como também revelam espaços de resistência cunhados pelos moradores da classe trabalhadora.

A comunicação é o meio que o sujeito encontra para se colocar em relação social ou interação social, segundo Berger e Luckmann (1995), com o outro. Para estes autores, é na experiência face a face que um apreende o outro, sendo os outros tipos de relacionamento social provenientes deste. Há assim um intercâmbio de expressividades permanentemente.

Acerca disso, é necessário ponderar que a vida cotidiana ganha significado mediante a linguagem, o vocabulário empreendido entre sujeitos agrega ainda um caráter intersubjetivo, pois um sujeito isolado não pode existir na vida cotidiana sem troca, interação e comunicação com os demais. É importante assim, frisar que há no mundo da vida cotidiana uma permanente correspondência entre os significados produzidos por um e pelos outros.

É necessário, finalmente, ratificar que muitos são os métodos que procuram apreender a realidade, bem como conceitos diversos relacionados a ela, todavia, no que alcança este estudo, só a dialética materialista permite

colocar o objeto em uma totalidade de compreensão que contemple em propriedade o objeto, da estrutura a sua dinâmica. O fenômeno, neste sentido, a ser aqui analisado, será assim reproduzido a partir de um movimento efetivo do real, significando este a reconstrução crítica do movimento sistemático do objeto, no plano das ideias.

5 CAPÍTULO 5: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE IDOSOS SOBRE A AÇÃO DE AUTOCONSTRUIR

Este capítulo busca apreender a representação social dos idosos acerca da ação de autoconstruir suas residências. Para tanto, exponho o resultado dos dados apreendidos na pesquisa realizada com os sujeitos idosos, bem como a sistematização destes dados com base no aporte teórico referido anteriormente.

5.1 ADENTRAR A PEDREIRINHA

Para iniciar a discussão acerca da representação realizada pelos idosos, penso ser relevante demonstrar minhas impressões sobre a experiência de entrar na Pedreirinha. Esse aparte foi pensado para que através de minhas impressões, como que demonstradas em um diário de incursão¹⁴, fosse possível captar, minimamente, o que é a Passagem Pedreirinha para uma pessoa estranha àquele espaço, e assim ambientalizar quem leia o trabalho.

Ao adentrar na Pedreirinha pela primeira vez, confesso que tive receios, pois não conhecia aquela área, apesar de ser frequentadora assídua do bairro. Mas essa falsa impressão, que mais era respaldada em pré-conceitos, logo foi desfeita, pois a Pedreirinha reserva um “que” de abdução, esta no sentido de afastamento, de estar em outro mundo, diferente do de fora. Pode estar parecendo estranho, mas era realmente assim que eu me sentia quando descendo do ônibus na Avenida José Bonifácio e seguindo para a passagem, pois assim que punha meus pés na Pedreirinha e entrava em contato com aquele cotidiano, tudo parecia mudar. Outra dinâmica, tão familiar (não familiar a mim, mas familiar no sentido do coletivo), meio provinciana, ora simples e calma, ora agitada e complexa parecia me rondar.

Vivenciar aquele ambiente todas as semanas, as vezes duas a três vezes na semana, foi valioso, pois percebi que a Pedreirinha falava sem palavras. Ora, nem todas às vezes eu conseguia realizar entrevistas, um contato com um idoso, inicialmente este “fracasso momentâneo” de qualquer

¹⁴ Incursão significando adentrar em território estranho e não em território inimigo.

pesquisador da área social deixava-me cabisbaixa, contudo depois passei a ouvir a Pedreirinha, que literalmente saía das pedras¹⁵, se fazia ouvir.

Quando passei a fazer do sentimento de fracasso motivo também de investigação, experimentei a Passagem a partir de outro olhar, com o encantamento que os discursos dos moradores traziam.

A amizade e o clima familiar que é claramente perceptível, sem mesmo ser explanado pelos idosos é outro ponto de destaque. Ainda há na Pedreirinha aquela velha história de quando faltar algo em casa correr na vizinha. Ou mesmo, a generosidade em saber apenas se a pessoa está bem, se necessita de algo, o bater na porta só pra demonstrar preocupação.

Este intercâmbio, isto é, esta necessidade em relacionar-se com o outro, como proposto em Marx (1984), permitido especialmente por meio da linguagem, compõem as relações sociais. Sendo a linguagem a própria consciência efetiva ao relacionarem-se tão ativamente, os moradores idosos da Pedreirinha, demonstram a presença efetiva da consciência.

E assim a Passagem vivifica seus moradores idosos que trazem com orgulho a Pedreirinha em seus discursos, destacando assim, como afirmam Gamalho e Heidrich (2008), duas formas de representação atribuídas a um mesmo espaço. Isto é, no momento em que o morador faz da passagem uma representação “íntima”, particular, em que outro sujeito de fora daquele contexto desconheceria, eles tornam a passagem um espaço da representação, e quando seguem a visão já pré-estabelecida, já quase sedimentada pela população belenense em geral¹⁶ que o bairro é perigoso, violento, os moradores realizam a representação do espaço, quando na maioria das vezes verifica-se uma concepção estereotipada.

Como o recorte aqui é social há a possibilidade da presença de representações diversas conferidas a um mesmo espaço, isto é, “não só a produção do espaço é dotada de intenção, mas também a produção do pensamento acerca desse espaço” (GAMALHO; HEIDRICH, 2008, p.4).

¹⁵ A Pedreirinha, quando de suas primeiras habitações, segundo relatos dos próprios moradores era um pequeno caminho de terra formada por um amontoado de pedras, daí o nome Passagem Pedreirinha.

¹⁶ Muito desta visão estereotipada deve-se a veículos de comunicação sensacionalistas que acabam incentivando e destacando apenas fatos e ações de violência do bairro.

Este particular da Pedreirinha é tão vivo que em uma das perguntas trazidas no questionário referia-se ao bairro em geral, ou seja, particularizava o Guamá, todos os moradores unanimemente, reservaram este espaço para observações elogiosas à Pedreirinha. Havia nesta pergunta a necessidade de saber o que de positivo era visualizado por eles no bairro e um dos aspectos que teve destaque maior, levando-me a confirmar que a passagem tem algo de diferente, foi a segurança. Embora reconheçam que o bairro, de modo geral, é violento, os moradores percebem que a Pedreirinha, apesar de estar no centro do Guamá, não apresenta perigos¹⁷.

5.2 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO MORADOR IDOSO DA PEDREIRINHA

A vinda para a capital do estado, ou mesmo a saída da casa antiga em outro bairro (migração interna) ou mesmo do próprio bairro para instalar-se na Pedreirinha nos anos 70, significou distanciar-se de um cotidiano já usual. E tudo aquilo que num primeiro momento evidencia ser distante do cotidiano passa a ser objeto das representações sociais. A não familiaridade inicial com o espaço novo (a Passagem Pedreirinha) passou a ser, segundo a teoria das Representações Sociais de Moscovici (2010), objeto de esforço para tornar aquele ambiente novo, em comum, familiar.

Os relatos dos idosos sobre suas representações acerca da construção de sua casa própria compartilham da visão da satisfação pessoal, do contentamento em abrigar a família e da necessidade em não depender do aluguel mensal:

(Sr. Raimundo Silva) Me sinto satisfeito em ter eu próprio feito (a casa) para a minha família, porque não é pra mim é pra família, porque a melhor coisa que tem é ter onde morar e não pagar aluguel [...] a bom trabalhar pra ter alguma coisa.

(Sr. Alvimar) Foi um máximo, foi tudo, porque vivíamos de aluguel, não tínhamos casa própria.

¹⁷ E isso se deve a infraestrutura que cerca a passagem, já que, do lado em que ela faz fronteira com a Barão de Mamoré, há um posto policial e a passagem serve de caminho para as viaturas policiais.

(Sr^a Fátima Simões) Foi a realização de um sonho, porque consegui acolher toda minha família [...] minha mãe viúva e minha irmã viúva que, na época, estava com cinco filhos e a casa até hoje serve de albergue como a gente fala. (Informação verbal)¹⁸

O contentamento, a alegria e a satisfação em poder realizar um sonho, em poder estar saindo do aluguel ou mesmo trazer um pouco mais de conforto a si e a sua família, relacionaram-se a nova situação, ou seja, a construção de suas casas, fazendo assim destas categorias, satisfação, realização, “um máximo”, a representação da própria autoconstrução das casas. Este processo, inicial, dentro do sistema das representações, de Moscovici (2010), denomina-se Ancoragem.

Já por meio do segundo mecanismo, chamado Objetivação, que é quando há a manifestação de algo abstrato, distante, transformado em objetos, universos visíveis, acessíveis, concretos. Nas falas, em especial de duas idosas, acerca da representação da autoconstrução de suas casas, isto ficou bastante evidente: (Sr^a S) “Uma felicidade [...]” e (Sr^a Q) “Presente Grande de Deus [...]”.

O ser social ao construir simbolicamente a realidade passa a dar sentido ao mundo em que vive, gerando assim processos de identidade social. É Marx (1984) quem, fundamentalmente, abarca em seus estudos, através do conceito de ideologia, a influência desta na constituição da consciência do ser social. São assim, as ações humanas, a realidade social, que determina o pensamento humano. É este fator determinante que reafirma a compreensão de que a produção do pensamento, a construção de representações está decisivamente atrelada à vida material e mais, na atividade material.

Conforme afirmou Marx (1984), não se parte dos homens imaginados para os de carne e osso; é da atividade humana – e entre estas atividades a que mais reforça a essencialidade humana é o trabalho e sem este a vida cotidiana estaria impossibilitada de se reproduzir - cotidiano vivido que partem os reflexos ideológicos. O trabalho foi, assim, a marca de algumas das falas reproduzidas pelos idosos, demarcando sua importância no centro da construção da representação da edificação de suas moradias:

¹⁸ O Termo ‘informação verbal’ refere-se às entrevistas realizadas em 2013 com os idosos que compõem a pesquisa

(Srª Q) Trabalhei na construção com meu marido, ele na época era mestre de obra e eu fui vender comida pra ajudar ele.

(Sr. Gregório Pereira) [...] casei e me empreguei em uma empresa grande, aí foi que eu consegui ir aos poucos construindo, a casa antiga era no igapó (Informação verbal).

Concordando com Marx (1984), para o qual, o pensamento, a produção de ideias, e assim as representações sociais produzidas acerca da realidade, partem das condições sócio-históricas. A relação do ser social com a natureza e destes com seus pares servem de substrato para as representações. Perguntados sobre o que há de positivo no bairro, os idosos apontaram:

(Sr. L) É a melhor rua do bairro, é uma beleza, não tem assalto [...]

(Sr. Alvimar de Abreu Melo) Tudo (é positivo), esse setor aqui do Guamá, quem mora aqui é privilegiado, tem tudo, quem mora aqui (Pedreirinha) está distante da marginalidade porque esta está mais na periferia e tudo que você imaginar aqui tem.

(Srª Q) A harmonia e a solidariedade que existe entre nós (vizinhos). (Informação verbal)

Essa harmonia e solidariedade referenciada acima foram não apenas ouvidas nas entrevistas, mas presenciada no cotidiano dos moradores. Como já assinalado anteriormente, há na passagem uma relação de companheirismo e solidariedade entre os moradores muito presente.

No cotidiano da Pedreirinha foi possível observar a vida se revelando, se desenrolando e as relações se dando entre os moradores. A leitura do cotidiano da Pedreirinha me fez perceber que o contexto que a envolve possui uma relação direta de causalidade histórica com o momento de fixação dos idosos na década de 70 na passagem. A totalidade é dada no cotidiano (CARVALHO, 2007) e foi possível, assim, apreender que na vida cotidiana se estabelecem as relações entre o singular e o coletivo.

A necessidade de relacionar-se com o outro, de criar um intercâmbio com outros homens por meio também da linguagem é considerada por Marx como parte dos aspectos que compõem as relações sociais, afirmando inclusive que a linguagem é a consciência efetiva. A respeito da consciência e

sua inter-relação com a linguagem, Marx (1984) demonstrando a importância desta para a relação entre os sujeitos diz:

A linguagem é tão velha quanto a consciência – a linguagem é a consciência efetiva, prática também existente para outros homens, portanto também existente primeiro para mim mesmo, e assim como a consciência a linguagem surge somente da necessidade, da emergência de intercâmbio com outros homens. Onde existe uma relação lá ela existe para mim; [...] Já de antemão, portanto a consciência é um produto social e assim continua enquanto em geral existirem homens. (MARX, 1984, p.197)

5.3 A DÉCADA DE 70 E A VINDA PARA A CAPITAL

Os anos 70 foram realmente anos significativos em termos de movimentação pelo território brasileiro de forma geral, e em especial na Amazônia o trânsito migratório foi uma das marcas características deste período. Este intenso trânsito deveu-se ao já discutido impulso dado pela política desenvolvimentista.

Na busca de elementos que auxiliassem a pesquisa, neste sentido, foi perguntado aos idosos acerca de sua chegada a Belém e município de origem. Dentre os oito informantes selecionados, cinco deles vieram de municípios paraenses, um realizou migração interna (Belém-Belém) e um nasceu na própria Pedreirinha. Uma das idosas, contudo, nasceu no estado do Acre e veio ainda criança para Belém.

Já sobre a data da chegada a Belém, a maioria demonstrou ter vindo para a capital do estado nas décadas de 1940 e 1950. Apenas a idosa que nasceu no Xapuri/ AC, veio na década de 30, pois se mudou com a mãe em tenra idade ainda.

Mas um dos dados levantados que mais relevância possui para o estudo é a data de início de construção de suas casas. Este dado revelou que a década de 70 foi, de fato, em conjunto com os anos 50 e 60 do século passado, o período em que o impulso industrial, marca da política desenvolvimentista brasileira, atingiu seu auge. Isso se refletiu no incremento do fluxo migratório, no adensamento do espaço urbano da capital e na ocupação das baixadas pelos trabalhadores.

A vinda para a capital paraense, à procura de melhores condições de vida, e aí incluem-se aspectos educacionais, profissionais e de saúde, refletem-se nas afirmações de todos os idosos (nascidos fora de Belém), conforme demonstra os trechos que seguem:

(Srª O) Vim pra trabalhar, as condições nunca foram boas lá.

(Sr. Raimundo Silva) Já tinha alguns familiares em Belém, meu irmão já trabalhava aqui ai eu vim pra acompanhar.

(Srª S) Minha mãe veio pra se tratar em Belém e me trouxe junto, eu tinha só seis anos.

(Sr. Gregório Pereira) Eu vim por causa da falta de trabalho e porque tava doente também, tava me tratando de pneumonia.

(Sr. Alvimar de Abreu Melo) Vim pra estudar, estava com 11 anos e um conhecido da minha mãe me trouxe na época.

(Sr. L) Meu pai era funcionário público do estado e veio transferido, aí viemos tudo junto. (Informação verbal)

As motivações, como explanado, perpassam causas comuns, que variam de acordo com as necessidades pessoais ou da família. Em cada caso singular podemos verificar o anseio de uma necessidade ou às vezes até mais de uma, a ser alcançada.



Fotografia 1: Sr. Raimundo Silva

Fonte: Autora (2013)

O Sr. Raimundo Silva é de origem bragantina. Chegou a Belém por volta de 1946, com mais ou menos 15 anos de idade, veio com o intuito de trabalhar. Morou, inicialmente na Matinha e depois veio para o Guamá. Como vários familiares já se encontravam em Belém ele veio também em busca de trabalho. A escolha da Pedreirinha se deu devido toda a família já residir lá por perto. Em sua opinião, a passagem foi o melhor lugar que arranjou para abrigar a família e este fato se deve por considerar que de tudo tem por perto: farmácias diversas, supermercado e a Caixa Econômica. Quando comprou sua atual residência, esta ainda era de barro e, com muita luta, pois trabalhava como pedreiro, vendeu uma casinha que tinha, também no Guamá, e comprou esta atual.

A Sr^a S. nasceu no Xapuri, no estado do Acre. Veio para Belém com seis anos de idade, trazida pela mãe, que por ocasião de uma doença, veio tratar-se em Belém. Instalou-se na Pedreirinha entre o fim dos anos 70 e começo dos anos 80 – não soube precisar seguramente – em uma casa alugada. E em 1983 ela consegue com a ajuda do ex-marido comprá-la, contudo só consegue levantá-la de alvenaria por volta de 1992. Segundo relatou, seu marido antes de ir embora lhe deixou um lugar. Dona S afirma ainda que só sai da Pedreirinha para o cemitério, referindo a sua vontade de nunca deixar a passagem¹⁹.



■ **Fotografia 2: Sr. Gregório Pereira e sua esposa Raquel**
Fonte: Autora (2013)

¹⁹ Esta fala de sair somente para o cemitério foi repetida algumas vezes por outros idosos, inclusive em tom de brincadeira, afirmando que vão logo ali ao “vizinho Santa Izabel”, pois até o cemitério é perto.

O Sr. Gregório Pereira veio de Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó. Chegou em 1959 e à procura de trabalho. A escolha da Pedreirinha se deu pelo fato de que o Guamá, naquela época, ainda ser pouco populoso, as casas serem mais baratas e também pesou o fato de ter encontrado uma casa dentro de suas possibilidades. Já havia morado no Guamá, entretanto na rua ao lado, a Silva Castro. Entre 1973 e 1974 iniciou a construção da casa que era de madeira, numa armação bem antiga²⁰.

A Sr^a O nasceu em Soure, na Ilha do Marajó, veio para Belém com 20 anos de idade. Veio para trabalhar e abrigou-se na casa de um irmão que já morava na Pedreirinha. Chegando, empregou-se na Fábrica de Castanha Mutran, localizada no próprio bairro do Guamá à Avenida Bernardo Sayão, como operária de castanha. Por lá mesmo aposentou-se. Hoje ela é viúva, mas quando se casou foi morar com a sogra (esta morava em frente a casa do irmão da Sr^a O). A casa foi herdada com o falecimento da sogra. A Sr^a O e o marido foram juntos levantando a casa aos poucos, pois o imóvel à época era bem simples, ou melhor, bem ao estilo da maioria das casas da passagem naquele período, segundo relatos dos próprios idosos.



Fotografia 3: Sr. Alvimar de Abreu Melo
Fonte: Autora (2013)

²⁰ Hoje a casa de Sr. Gregório Pereira ainda está em fase de conclusão. Ele conta, nos dias de hoje com a ajuda de seu genro. As obras estão paradas, pois esperam a visita técnica de uma assistente social do Programa Cheque Moradia do Governo do Estado. O Sr. Gregório cedeu ao filho uma parte de trás do terreno, onde este construiu sua casa, com entrada independente, para sua família.

O Sr. Alvimar de Abreu Melo nasceu Juruti/PA²¹. Chegou a Belém com 11 anos de idade para estudar. Adulto, casou-se e veio morar na casa de uma amiga da esposa, há mais ou menos 38 anos atrás. Morou nesta casa por três anos de aluguel, passado este tempo comprou da referida amiga a casa. Lembra que a residência, na ocasião, era de enchimento, isto é, de barro; e ele e a esposa foram levantando aos poucos.

O Sr. L também nasceu em Juruti e chegou a Belém em 1953. Veio com seu pai, que veio para a capital transferido pelo Estado, já que era funcionário público. Residiram inicialmente no bairro da Pedreira. Depois se mudou para o Guamá, fixando-se na Avenida José Bonifácio e só depois comprou parte do terreno pertencente à sogra, na Passagem Pedreirinha.

Considerar a Pedreirinha e de modo geral o bairro como um todo o “melhor lugar para se viver”, isto é, a representação positiva referida pelos idosos agrega sentido se relacionada a causalidade histórica com o momento de fixação dos idosos na década de 70 na passagem. Dessa forma, tendo por base o conceito de análise do discurso, foi possível depreender que a mudança de suas cidades natais para a capital do estado do Pará num momento de adversidades econômicas em contexto nacional e mundial, mas em que particularmente havia a motivação de transformação entre, principalmente, sujeitos que viviam em condições desfavoráveis de vida em seus municípios, foi motivo para discursos que revelaram significados distintos, contudo sentidos comuns. Foi assim que em diversos relatos, foram comuns discursos do tipo:

(Sr. Gregório Pereira) [...] tem tudo aqui, estamos perto de tudo, posso sair a qualquer hora.

(Sr. Raimundo Silva) É muito bom morar aqui, tem tudo que a gente quer.

(Srª O) É perto da feira, Pronto Socorro, escolas, tudo é perto.

(Srª Fátima Simões) Temos de tudo aqui: mercado, Pronto Socorro, posto de saúde, a UFPA. Não temos vontade nenhuma de sair daqui, nem pra ir pro centro da cidade... Várias farmácias.

²¹ Juruti pertence à Mesorregião do [Baixo Amazonas](#) e faz fronteira com o estado do Amazonas.

(Srª S) É uma maravilha, não saio daqui nunca, só pro cemitério. Tudo é perto. (Informação verbal)

Considero que o sentido atribuído é o da necessidade de afirmar que a vinda para a capital, essa escolha, a instalação na Pedreirinha foram escolhas bem sucedidas. Hoje, estes sujeitos consideram-se bem sucedidos²², já que suas decisões, em arriscar-se a vir para uma nova cidade, “tentar a vida” e construir uma nova história teve um desfecho, que para eles foi muito positivo, já que idosos possuem suas casas próprias, vivem próximos a tudo e o centro da cidade mantém com o Guamá uma relativa proximidade. Isto ganha um sentido de orgulho, sendo esse sentido possível perceber, pois ao se analisar a linguagem de forma alternativa à luz dos processos sócio-históricos novos sentidos ganham significado.

5.4 ANALISANDO MAIS DISCURSOS

Quadro 4: Valores predominantes nos discursos

IDOSO	VALORES	
	TRABALHO	FAMÍLIA
Srª Q	Trabalhou com o marido na construção da sua casa, direta e indiretamente (na venda de comida).	Agradece a mãe pela doação do terreno.
Srª Fátima Simões	Deixou a família em Belém e foi aventurar-se a trabalho numa usina na Transamazônica.	Realizou um sonho em construir sua casa própria e poder abrigar toda a família.
Sr. Raimundo Silva	O próprio construiu a casa mesmo trabalhando muito.	Sua maior satisfação foi ter construído a casa, pois esta foi feita para a família.
Sr. Gregório Pereira	Em Ponta de Pedras, onde morava, não tinha trabalho. Chegando a Belém, empregou-se numa grande empresa. O próprio construiu sua casa com a ajuda de vizinhos.	Até os dias de hoje sua casa está em construção, mas em fase de ampliação para abrigar seus filhos (um casal), já com suas respectivas famílias.

Fonte: Autora, 2013

²²

E essa satisfação foi possível testemunhar no momento das entrevistas.

A Sr^a Q demonstrou ter grande **gratidão** pela mãe, já que foi esta quem lhe cedeu o terreno para a construção de sua casa. Naquele momento a Sr^a Q estava, juntamente com o marido, iniciando sua vida, sua família e ao prestar agradecimento (a mãe, a Deus e aos seus santos) demonstra que este início seria diferente e provavelmente mais difícil se não fosse essa provisão. O trabalho e sua necessidade em tomar a iniciativa de vender comida para ajudar o marido na construção foram mencionados com grande **orgulho**, inclusive à memória do marido (que já é falecido).

A Sr^a Fátima Simões ao optar por deixar Belém na busca de melhores condições de trabalho e de salário, demonstrou que todo seu **esforço**, mesmo abrindo mão de sua vida íntima e pessoal, pois deixou um relacionamento estável; não demonstrou arrependimento, pois sua **realização** maior era conseguir construir sua casa própria e poder **abrigar** toda sua família. E desta forma as coisas se deram, pois a mesma hoje vive a dedicar-se a mãe e sua grande casa abriga toda a sua família, estando aí inclusos, irmãos, sobrinhos, esposos e esposas dos sobrinhos e sobrinhos-netos.

O Sr. Raimundo Silva construiu a casa, inclusive trabalhando na construção da mesma. Hoje viúvo, mora com três filhos, e sua casa e a **possibilidade de prover** habitação a sua família é sua maior **satisfação pessoal**, já que sua saída de Bragança se deu justamente pelo objetivo de vir trabalhar.

O Sr. Gregório Pereira mencionou com **júbilo** a vinda para a capital e a **sorte** de ter conseguido empregar-se em uma grande empresa. Sua família é prioridade e precisa estar perto e por isso atualmente sua casa vem sendo ampliada para **abrigar** melhor a filha recém-casada. E seu filho mais velho já mora nos fundos com a família numa parte cedida pelo Sr. Gregório.

5.5 MINHA CASA, MEU CANTO, MEU ESPAÇO.

Os depoimentos dos idosos foram bastante evidentes quanto a satisfação em obter por seu mérito próprio a casa própria. Suas casas e suas famílias são seus maiores bens, sendo isso constatado nos olhares, na

emoção, nas falas: “[...] a melhor coisa que tem é ter onde morar [...]. Porque não é pra mim é pra família”. (Sr. Raimundo Silva)

As emoções que saltam dos relatos são motivadas justamente pelo fato de que a casa não é meramente um espaço geográfico, um imóvel, mas sim entidades morais (DA MATTA: 1997).

Ainda sobre a importância da construção da casa própria é importante destacar o depoimento da (Srª S): “Uma felicidade, porque ele (seu marido) foi embora, mas me deixou um lugar [...]”. A Srª S divide hoje sua residência com um neto e seu depoimento denotou que mesmo diante de seu casamento desfeito, quando seu marido foi embora, deixou-lhe uma casa, um lugar.

As reflexões ora aqui apresentadas partem do sujeito, ou seja, da experiência do usuário do lugar (da casa). O conceito de lugar vincula-se ao de habitar, que é bastante difundido nas reflexões sobre habitação, os quais assumem o viés teórico tanto da Filosofia quanto da Psicologia (PERDIGÃO; GAYOSO, 2012). O espaço da casa é um lugar, mas dotado de valor.

A casa, ou como Bachelard (1978) prefere ““ nosso canto no mundo” é onde buscamos refúgio, lugar de construção de nossa identidade”. Laços e afetos são costurados, mas também desfeitos, como apontou a experiência acima referida da Srª S.

5.6 JOÃO-DE-BARRO ME ENSINA A ARTE DE SER PEDREIRO²³: Autoconstrução da casa própria.

A alusão à música João-de-barro deu-se em razão da habilidade da ave denominada (*Furnarius rufus*) (INFOESCOLA, 2013)²⁴. Este pássaro encontrado especialmente na América do Sul (Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai) é conhecido por construir seu próprio ninho - sua casa - com elementos retirados da natureza como barro, palha e pequenos galhos. Outro detalhe importante é que as tarefas da construção são divididas entre o macho e a fêmea. Assim também os sujeitos participantes deste trabalho empenharam-se. Os idosos entrevistados para composição da pesquisa foram

²³ Trecho da música João-de-barro, composição de Elycio Robson Jader gravada pela banda Raiz de Sana.

²⁴ Informações obtidas sobre a ave João-de-Barro.

os próprios construtores de suas casas na década de 70 do século passado. Alguns, inclusive, trabalhando diretamente na construção.

No momento inicial da fixação das famílias na Pedreirinha, quando as primeiras moradias foram sendo erguidas, esses idosos de hoje tiveram que reordenar-se ao ambiente urbano. A identidade, neste momento, seria com um ambiente distinto ao seu, e diante deste novo desafio a moradia desempenhou papel de extrema relevância neste período.

A ocupação das baixadas de Belém foi objeto de estudo de Costa (2008), e neste a autora faz referência às soluções encontradas pelos recém-chegados habitantes à cidade, que se utilizavam de diferentes meios no objetivo de erguerem suas casas. Os materiais eram bastante simples, variando entre o barro, madeira e palha, entre outros. Este fator, em diversos momentos, foi referido pelos idosos, já que o uso principalmente, do barro e da madeira foi uma constante nas construções no início da fixação destes moradores na passagem.

O Sr. L declarou que comprou o terreno contendo apenas uma pequena armação em madeira, chegando neste início a morar lá, já que a construção foi sendo feita aos poucos. Já o Sr. Alvimar de Abreu Melo, sobre a aquisição de sua casa afirmou: “Era uma casa de enchimento, de barro”. Seguindo este mesmo caminho, o Sr. Gregório Pereira disse que sua casa foi levantada, primeiramente, ainda em madeira.

Dois fatores foram determinantes neste momento de chegada e conseqüentemente da autoconstrução das moradias: as condições financeiras e força de trabalho disponível para a construção. Acerca das condições financeiras envolvendo a construção da casa, como já mencionado anteriormente, a escolha da Pedreirinha, na baixada de Belém, e o uso de materiais mais baratos que não onerassem muito o orçamento da família foram fatores decisivos na autoconstrução.

Sobre a situação financeira da classe trabalhadora neste período, refiro-me aqui especificamente aos homens e mulheres que na década de 1970, lançaram-se na autoconstrução de suas casas na Passagem Pedreirinha, aquela demonstrou através de índices econômicos acentuado declínio do poder aquisitivo desta classe. Maricato (1982) referencia esses dados

demonstrando que apenas no período compreendido entre 1960 e 1970, metade da população nacional sentiu uma queda na apropriação da renda nacional em cerca de 4,6%. E esse fator refletiu-se na apropriação da casa própria, pois somado a isso as ações governamentais passam a ser direcionadas a intervenções mais focalizadas e menos abrangentes.

Sobre a mão de obra envolvida na execução das obras, duas formas de autoconstrução estiveram presentes nas falas dos idosos. Havia aqueles que não tinham muito tempo, mas possuíam condições financeiras mais propícias ao pagamento de mão de obra contratada para levantar suas casas. Foram casos como os: do Sr. L, Sr. Alvimar de Abreu Melo , Sr^a O, Sr^a S e Sr^a Fátima Simões.

É relevante, acerca da autoconstrução da moradia da Sr^a Fátima Simões, destacar sua experiência na edificação de sua casa, pois viveu a experiência de, com 22 anos de idade, em 1972, receber um convite do INCRA, que nas suas palavras “foi irrecusável”, para trabalhar na Usina de álcool e açúcar Abraham Lincoln, também conhecida como Usina Pacal, referente ao Projeto Pacal parte constituinte das ações do Programa e Integração Nacional – PIN. Esta Usina localizava-se no município de Medicilândia, na Transamazônica, entre Altamira e Itaituba.

Recém-formada em Contabilidade e trabalhando à época em troca de mais ou menos um salário mínimo, a Sr^a Fátima, viu-se na possibilidade de mudar sua vida e a de toda a sua família, já que a proposta salarial que lhe foi ofertada superava em muito seus rendimentos naquele momento. Não teve muito tempo e nem o que pensar, já que lhe foi dado apenas o tempo de 24 horas para responder²⁵, largou tudo aqui e foi ao encontro do que própria Sr^a Fátima, chamou de “maior desafio de sua vida”. Ficaram para trás amigos, família, a mãe recém-viúva, o noivo (que acabou tendo que desfazer neste meio tempo o compromisso) e a Sr^a Fátima Simões lançou-se para o caminho da realização de seu maior sonho, que era a construção de sua casa. E assim

²⁵ Ela precisava viajar já no outro dia para inaugurar a Usina ao lado do então Presidente, Emílio Garrastazu Médici que governou o Brasil de 1969 a 1974, período auge da Ditadura Militar Brasileira.

foi! Hoje sua casa de três andares e com aproximadamente dezesseis cômodos, abriga 20 pessoas, todas de sua família.

Já os moradores que não tinham muitos recursos para despende com a construção, mas que possuíam um pouco mais de tempo, disposição, amigos e vizinhos dispostos a colaborar na construção estiveram engajados na construção das próprias casas ao modo de como faziam ou assistiram seus pais fazerem, ainda nos seus municípios de origem.

A presença direta do usuário na provisão da habitação tratou-se, nesse caso, de uma ação estratégica para prover sua necessidade em morar e assim:

O exame da autoconstrução, como alternativa de acesso à habitação e à cidade pelos segmentos populares, desvela uma faceta relevante da problemática habitacional. Ao que tudo indica, a incorporação da proposta pública de autoconstrução pelos pobres corresponde à sua percepção como uma alternativa possível. Trata-se, assim, de uma ação tática, frente às precárias condições de moradia a que são submetidos na cidade e às suas possibilidades imediatas e mediatas de confrontá-las. (LIMA, 2005:119-120)

Nesta perspectiva, concordo com a autora, quando a mesma argumenta que a opção pela autoconstrução representa uma forma de resistência e luta para fixar residência no espaço urbano.

A Sr^a Q ganhou da mãe o terreno que ficava ao lado da casa desta. “Era só o terreno, com um poço no meio”, disse a idosa. E ela e o marido foram com bastante esforço levantando aos poucos a moradia. Perguntada sobre o que representou a autoconstrução de sua casa, a Sr^a Q informou: “Foi um presente grande de Deus, dos meus santos e da minha mãe”. Relatou ainda que direta e indiretamente esteve à frente das obras junto com o marido, já que este era mestre de obras e ela começou a fazer comida para fora, inclusive vendendo para os trabalhadores colegas de trabalho do marido.

(Sr^a Q) Trabalhei na construção com meu marido, ele era mestre de obra e eu fui vender comida pra ajudar ele pra levantar a casa. Os trabalhadores, amigos do meu marido é que vinham ajudar, os vizinhos no domingo também se juntavam pra ajudar a gente, era outros tempos, eu fazia uma feijoada e dava vinho também. (Informação verbal)

O Sr. Raimundo Silva disse que ele próprio trabalhou na construção, inclusive ajudando nas obras da casa. Quando a comprou, ela ainda era de barro. “Tive que vender a antiga e comprei essa, foi muita luta”.

O Sr. Gregório Pereira também é um exemplo de morador que “pôs a mão na massa” e trabalhou diretamente na construção de sua residência. Sobre a autoconstrução de sua casa respondeu:

Eu próprio, era de madeira no começo, fiz quase sozinho, chamava os vizinhos, eles brigavam pra fazer, os meus vizinhos da Silva Castro²⁶ (Informação verbal)

Essa prática de subsistência baseada ainda nos hábitos trazidos de seus municípios de origem, a qual levou o próprio morador a reservar esforços extras subtraídos de sua jornada semanal de trabalho, já que quando este trabalhador chega à capital e integra-se à economia urbana capitalista, ele torna-se um assalariado, é criticada por Maricato (1982), pois apesar de, na aparência, essas ações de “solidariedade” entre vizinhos passarem como um fato “natural”, ou até mesmo “cultural”, a autora adverte que isso se dá pela falta de alternativas deixadas pela ausência de políticas estatais que tratem da infraestrutura e do equipamento urbano necessário à instalação dessa massa trabalhadora.

5.7 VIDA E RESISTÊNCIA COTIDIANAS.

Apresentada a concretude da vida cotidiana que é justamente a manifestação da contradição entre as classes sociais. O que desponta deste cenário de contradições e desigualdades é a questão social, a qual é apontada por Iamamoto (2008, p. 77):

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. (IAMAMOTO, 2008, p.77)

²⁶

A Rua Silva Castro era o endereço anterior do Sr. Gregório Pereira.

Neste solo “fértil” de contradições, ou seja, no cotidiano é que a vida se desenvolve e ganha significado, por isso é necessário olhar para ele com acuidade, reservando-lhe a justa atenção. Pois, apesar de muito se anunciar sua repetitividade, a vida cotidiana é o espaço do contraditório e da complexidade (MARTINELLI: 2006), uma vez que, é lá que as relações de toda ordem se expressam.

Sendo assim, o espaço da contradição, é nele também que as relações de dominação sobressaem, e em contrapartida formas de resistência também ganham sentido e expressividade.

Ao viver a vida cotidiana o sujeito coloca-se de maneira inteira e atua enquanto ser individual, tendo seus sentidos e capacidades intelectuais, sentimentos, ideias, necessidades; tudo isso posto em “funcionamento”, conforme pondera Heller (2008). Contudo, todas essas capacidades não conseguem ser realizadas satisfatoriamente. E é assim que muitas vezes suas ações podem passar despercebidas, como por exemplo, atitudes de resistência.

Mas estas atitudes estão claramente presentes em seu cotidiano, visto que este sujeito possui compreensão da realidade social a qual está envolto, apesar de que entre os oito idosos entrevistados apenas a Sr^a Q possui atividade frequente em uma associação chamada ONG Arma, pertencente ao Terreiro de Mina²⁷ do qual é Yalorixá²⁸.

Conscientemente as necessidades do “Eu”, como coloca Heller (2008) estão envolvidas na dinâmica da cotidianidade. O cotidiano expõe-se como espaço de resistência e possibilidade transformadora e não poderia ser de outra forma, porquanto é lá que, está nitidamente presente a questão social e tudo que a envolve.

Foram as necessidades dos sujeitos presentes em suas vidas cotidianas que, na década de 1970, serviram como motor de transformação social,

²⁷ A manifestação Tambor de Mina é uma das formas de religiosidade africana, apesar de que nesta casa (Dois Irmãos, dirigida pela Sr^a Q), há o respeito e incentivo ao sincretismo religioso. Em uma determinada oportunidade, o terreiro, inclusive, recebeu a visita de um cardeal do Vaticano que estava em passagem por Belém, segundo informações da própria Sr^a Q.

²⁸ Yalorixá e Babalorixá definem a função dos sacerdotes dos cultos afro-brasileiros encerrando em si mesmos as atividades criadora do pai-de-santo ou mãe-de-santo e a atividade de preservar, cuidar e zelar pelas coisas referentes ao orixá. Cf. Disponível em: www.uniafro.xpg.com.br/palavras_dissonantes.html.

revelando que são as relações de poder e dominação manifestadas no cotidiano os “focos estratégicos da práxis revolucionária” (CARVALHO, 2007, p. 22). Essas transformações se deram, sobretudo na opção de vida que fizeram, onde grande parte dos entrevistados trocou sua cidade natal pela capital do Pará e empreenderam esforços na autoconstrução de suas casas, bem como na provisão mínima de infraestrutura para abrigar-se na Pedreirinha.

Houve, deste modo, por meio do trabalho, a suspensão do cotidiano. Isso é possível compreender da seguinte maneira: quando os diversos sujeitos que chegaram a Passagem Pedreirinha, mais ou menos no mesmo período, lançaram-se a autoconstruírem suas moradias, aconteceu o que Carvalho (2007) chamou de passagem do homem inteiro para o inteiramente homem, suprimindo, dessa forma, a heterogeneidade. Houve abertura de espaço para a homogeneização que é a mediação necessária para o homem genérico suspender o cotidiano.

Ainda nesta linha de raciocínio, Netto (2007) aponta o trabalho como uma forma de superação da cotidianidade, sobressaindo o caráter de ser humano-genérico. Embora este estado de superação seja passageiro, a “volta” à vida cotidiana ganha novos contornos. Seu comportamento, o reconhecimento de si e de suas potencialidades são acrescentadas de sentido. Netto (2007) avança em dizer que a volta à cotidianidade traz um sujeito mais refinado e educado. Para o autor, “a dialética cotidianidade/suspensão é a dialética da processualidade da constituição e do desenvolvimento do ser social” (NETTO, 2007, p. 70).

Esta forma de resistência cotidiana demonstra a potencialidade destes sujeitos que mesmo diante da adversidade, da complexidade de transformação social, resistiu! Resistiu buscando vias alternativas às formas tradicionais de resistir, estes idosos, foram conquistando, com dificuldades – é bem verdade – direitos, entre eles: moradia, saneamento, segurança, convivência, educação. Uma fala desta visão de que não foi simples, mas que um dia eles alcançariam o que objetivavam, ficou expressa nas poucas palavras do Sr. Gregório Pereira: “Eu sabia que um dia isso aqui ia melhorar”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de desenvolvimento dirigidas para a Amazônia, ao longo de sua história, sempre contaram com soluções que partiam da ótica do interesse externo, ou seja, toda a ação pensada e praticada nessa região, de forma sucessiva, invisibilizaram seus habitantes.

Em meados do século XX, a região amazônica, assistiu, o que o Estado Brasileiro executou como política desenvolvimentista. Tendo como justificativa a superação do vazio humano e a integração da região ao restante do território, formas de viabilização foram postas em prática. Coube, neste esquema, à Amazônia o papel de prover material humano e matérias-primas, pois os primeiros eram de fácil recrutamento e de baixo custo, enquanto as segundas eram encontradas em abundância. Ao poder público competiu a oferta da infraestrutura necessária à execução da política, como criação de hidrelétricas, abertura de rodovias e estradas que interligassem norte-sul, políticas de apoio e incentivo à ocupação populacional da região.

Ao Estado brasileiro reservou-se, como foi possível constatar, o papel de centralizador e grande incentivador do modelo de acumulação de riquezas capitalista, por meio de uma nascente economia industrial, que conjugou investimentos internacional, nacional e Estado autoritário.

A interligação promovida, principalmente - mas não apenas por programas oficiais de migração - por programas como PIN (Programa de Integração da Amazônia), operou profundas transformações às cidades da Amazônia, destacando neste estudo, Belém. Entre as consequências trazidas por essas transformações, o agrupamento humano, marca do intenso processo migratório apontou para alterações significativas na dinâmica urbana da capital paraense.

Espaços físicos e sociais foram sendo delineados na dinâmica urbana de Belém, entre os quais as invasões de terras, conjuntos habitacionais e as baixadas. Estes últimos foram as opções que, a partir dos anos 70 e 80, grande parte da população local de baixa renda e migrantes, tanto paraenses quanto de outras regiões brasileiras, afluíram na busca de alojar-se na capital, a procura de condições melhores de vida.

Para essa população as baixadas, que entre suas características reservam alta concentração populacional, ausência de infraestrutura urbana e casas baseadas na autoconstrução, apareceram como alternativa à provisão de moradia.

As casas autoconstruídas foram as opções encontradas pelos trabalhadores, e neste caso, os idosos da Passagem Pedreirinha, encontraram para suprir suas necessidades de morar e de manter-se no ambiente urbano, o qual para eles, reservava condições mais propícias de acesso a bens, serviços e direitos.

Entender o que representou esse momento, ou melhor, a ação de autoconstruir suas casas, nesse período (década de 1970) e o contexto que envolveu esses homens e mulheres que naquela ocasião eram adultos jovens, mas que idosos hoje tiveram suas experiências de vida objeto de curiosidade científica, foi o que moveu a pesquisa.

E diante disso pude alcançar, partindo dos sujeitos que empreenderam por sua conta própria a construção de suas casas, que a representação social da autoconstrução de suas moradias, estabelecida por esses sujeitos partiram de aspectos relacionados à satisfação pessoal, da conquista e muito atrelados na necessidade de prover abrigo à família.

A escolha de “aventurar-se” à capital do Pará não significou ao que tudo indicou uma escolha fácil, uma vez que, com ela, vieram outras necessidades e carências. A saúde debilitada, a educação sem perspectivas, o desemprego ou o péssimo trabalho, foram fatores apontados por eles que motivaram a vinda para a capital.

Belém foi para esses idosos a terra da oportunidade a ser conquistada. E, dessa forma, eles moveram esforços. A não dependência do aluguel mensal também pesou no esforço em autoconstruir as moradias na Pedreirinha.

A autoconstrução foi, em muitas falas, representada por significados como satisfação, um sonho, uma realização e um máximo, demonstrando a partir disso o quão foi importante às suas vidas acessar a casa própria, diante de suas experiências pessoais de habitação.

O trabalho e a família foram os valores de destaque entre os discursos dos sujeitos, sendo o primeiro a atividade central à vida cotidiana teve sua

importância reservada dentro da representação realizada pelos idosos sobre suas moradias para provisão de qualidade de vida a si mesmos e de seus familiares.

Um aspecto relevante que precisa ser novamente focado é a relação travada entre os moradores e destes com o espaço. Conversas entre eles foram algumas vezes observadas por mim, inclusive no momento de algumas entrevistas, houve intervenções de idosos que já haviam respondido ao formulário. O ajuntamento na porta do vizinho, a mercearia ainda com a conta na ponta do lápis para acertar no final do mês, a solidariedade e o clima familiar, sendo este inclusive referenciado entre alguns idosos serão sempre recorrentes em minha memória.

Quanto à relação deles com a Pedreirinha... “Não há melhor lugar para se viver”. E “outra escolha não poderia ter sido mais acertada”. Acho que me convenci disso, tanto que ao fim das visitas e entrevistas já estava investigando a média dos valores das residências por lá.

A luta não foi custosa, no sentido de haver arrependimentos ou angústia ao falar sobre esse momento, pois se pudessem, com certeza, pelo brilho no olhar e orgulho saltados, fariam tudo de novo.

A resistência não foi presente em suas falas, pelo menos diretamente, apesar de que ela esteve atuante desde a decisão de partir para Belém, ou como no caso da senhora que foi morar no meio da Floresta Amazônica (Medicilândia) no início da década de 1970, tendo que tomar água após passar por processo de sedimentação para separar o líquido do barro, para conquistarem o direito de morar na cidade.

A vida cotidiana e a interação que nela se dá, que testemunhei, são agregadas de significado por meio da linguagem, sendo que o vocabulário utilizado entre os sujeitos é acrescentado em intersubjetividade, já que não há no cotidiano a possibilidade de viver-se sem troca e sem comunicação.

A casa não se resume em apenas um espaço físico, e em especial para o idoso, a questão física que na maioria das vezes vem atrelada a financeira, em nenhuma das entrevistas foi referida. O ambiente da casa suplanta esse aspecto para o sujeito idoso²⁹, pois a identidade, as relações, os laços, os

²⁹ Delimito aqui os sujeitos participantes da pesquisa.

diversos vínculos construídos são o que dão suporte às representações da casa. E com um destaque a mais: as oito casas entrevistadas foram autoconstruídas.

A diversidade e riqueza das histórias de vida de cada um dos entrevistados foram gratificantes de ouvir. São vozes de conquista, entremeadas com luta e resistência. Ouvi-las foi muito importante, não sei se mais para mim ou mais para eles, porque se era grandioso para eu ouvir, imaginei o orgulho deles ao poderem falar sobre esse assunto.

A resistência cotidiana coloca-se como uma das formas de resistência possíveis. Essas atitudes de resistência empreendidas por sujeitos, baseadas em suas necessidades cotidianas podem, por vezes, comparadas às formas tradicionais de luta e resistência, ser invisíveis, já que não surgem como manifestação direta contra algum alvo em específico. Por se tratarem de ações baseadas na individualidade e na emergência de necessidades, sem direção política ou ideológica definida, aparentam serem atitudes isoladas e inoperantes diante do sistema.

Muitas foram as dificuldades e empecilhos para chegar até aqui, entre eles destaco o choque que foi ter que interromper minha dedicação exclusiva ao mestrado para assumir meu primeiro emprego público concursada na Secretaria de Assistência Social de Ananindeua. Não exponho isso como um lamento, pois foi uma escolha minha, já que tinha acabado de sair da academia e me via na imensa vontade de atuar como Assistente Social. Contudo, não sabia o quão difícil seria conciliar vida acadêmica e a trajetória profissional.

Pontuo a dificuldade em encontrar leituras que me servissem de base teórica diante do que eu estava pretendendo. Quando dizia, ainda no início da construção do objeto, o que estava pensando em escrever e estudar, o que mais eu ouvia foram interjeições negativas ou expressões do tipo: não te mete nisso! Olha, cuidado, é um terreno perigoso mexer com representação e mantendo a tua diretriz teórica!

Fiquei receosa, é bem verdade, mas em nenhum momento pensei em desistir e cada vez mais que os questionamentos se faziam imperantes, mais vontade eu tinha de destrinchá-los.

E assim foi até este momento em que, por fim finalizo essas considerações e acima de tudo este estudo que não se pretende completo e é despretensioso de magnitudes ou lições prontas e acabadas, mas que corajosamente e com muita vontade de ser o que é foi concluído.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. Carências Habitacionais na Amazônia. In: Cadernos de Estudos Sociais, vol 12, no. 2. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Número Especial: **A Sociodemografia da Amazônia** (2a. parte), jul. 1996.

ADORNO, Theodor W. . **Minima moralia**. Lisboa: Edições 70, 1951.

ALEXANDRE, Marcos. Representação social: uma genealogia do conceito **Revista Comum**, Rio de Janeiro, v.10, n 23, p. 122 a 138, julho/ dezembro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação - Apresentação de citações em documentos**. Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 2003. 3 p. (NBR 10520).

_____. **Informação e documentação - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 2002. 24 p. (NBR 6023).

_____. **Informação e documentação – Sumário – Apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 2003. 2 p. (NBR 6027).

_____. **Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 2011. 15 p. (NBR 14724).

ALVES, J. A. O Planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cad. Pesq.**n. 77, São Paulo, 1991.

AZEVEDO, Adriana Fonseca de. **Marxistas e Sartre: divergências e convergências**. Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro n.05, p.146 - 163, 2001.

BACHELARD, Gaston. A Poética do Espaço. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELÉM. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELÉM. **Anuário Estatístico de Belém**, 2010.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade**. 12ª ed., São Paulo: Vozes, 1985.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Analisando o discurso**. Disponível em <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_1.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2013.

BRASIL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ciclo de Estudos sobre a Amazônia**. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004.

CARVALHO, Guilherme. A questão habitacional na Amazônia. In. SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes & MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (orgs.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In. NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Solange Maria Gayoso. Como vejo minha casa: representações do “Espaço-casa” numa área de baixada de Belém. In. **Habitat nos países amazônicos**. Belém: UFPA; NAEA, UNAMAZ, 1998.

DA MATTA, Roberto **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DEUSDARÁ, B; ROCHA, D. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, v. 7, n. 2, jul./dez., 2005. p. 305-322

DIAS JR. José do Espírito Santo. **Cultura popular no Guamá: um estudo sobre o boi bumbá e outras práticas culturais em um bairro de periferia de Belém**. 2009. 161f. (Dissertação)- Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2009.

EVERS, Tilman [et al]. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In. MOISÉS, José Álvaro [et al]. **Cidade, povo e poder**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

FRANCO. Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004

GAMALHO, N; HEIDRICH, A. Periferia: a produção do espaço e representações sociais no/do Bairro restinga. **Revista eletrônica Para onde!?**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2008.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Política de habitação e sustentabilidade urbana. In. **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

IBGE. **Censo 2010**. Brasília. IBGE, 2010.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IDESP. **Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará**. Belém: IDESP, 2010.

JOVCHELOVTICH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações sociais. In: GUARECHI, Pedrinho A. E JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria na periferia do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, Licia do Prado. (org.) **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. **A cidade autoconstruída**. 2005. 373f. (Tese) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e regional. Rio de Janeiro, 2005.

LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LÖWY, Michael. Resistências Culturais à Dominação Imperial. A Alternativa Socialista. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. n. 20, 2007.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In. MARICATO, Ermínia. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa- Ômega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Dimensões da tragédia urbana**: 2002. Disponível em:< <http://www.comciencia.br/contato@comciencia.br>> Acesso em: 16 maio. 2011.

MARQUES, Gilberto. A Incorporação Amazônica no Desenvolvimento Capitalista Brasileiro. In: **Revista de Estudos Paraenses**. Belém: IDESP. 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional**. Ponta Grossa:Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, F. A ideologia alemã. In.: FERNANDES, Florestan (Org) **História** 2ª Ed.- São Paulo: Ática, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, F.. **Manuscritos econômico-filosóficos (1844)** . In.: FERNANDES, Florestan (Org) **História** 2ª Ed.- São Paulo: Ática, 1984.

MAZIÈRE, Fancine. **A análise do discurso, história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

MERCADANTE, Elizabeth F. Velhice: a identidade estigmatizada. In. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 75, Cortez, 2003

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 7ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social: introdução às suas técnicas**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

ONFRAY, Michel. **A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001

PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana; GAYOSO, Solange. Interpretações sobre a casa para a produção de moradia. In. SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes & MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (orgs.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. São Paulo: DIFEL, 1979.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política habitacional brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Ana Carolina L. et al. ; **As Sensações do morar**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - São Paulo – SP, III Congresso Ibero-americano de Psicogerontologia, 2009.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

SOUZA, Mary Jane Souza de. Rituais de agregação – Uma incursão estética à História do Guamá. In. MONTEIRO, Julia Cleide Miranda. **Pesquisa e gestão de políticas governamentais dirigidas à família, à criança e ao adolescente: coletânea de textos**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2004.

VERAS, Renato. A longevidade da população: desafios e conquistas. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 75, Cortez, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986

APÊNDICES

APÊNDICE 01: Enquete para entrevista prévia entre os moradores da Passagem Pedreirinha para apreensão das residências que possuem idosos que contemplem o objetivo da pesquisa



Universidade Federal do Pará

Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS)

Mestranda: Priscila Gleyce Nunes Nobre, assistente social

Orientadora: Profª Drª Heliana Baia Evelin Soria, assistente social

Tema da Pesquisa da Dissertação: A REPRESENTAÇÃO DA MORADIA POR IDOSOS: Um estudo sobre a autoconstrução na baixada de Belém.

Local da Pesquisa: Rua Pedreirinha, bairro do Guamá – Belém- Pará

Dia: ____ / ____ / ____ Horário-----às-----Pesquisador(a):------

1. Nº da Casa:	Aceitou participar () Não aceitou ()
2. Respondente: - Idade: _____ Sexo: _____ Profissão: _____ Local de nascimento: _____ _____	
3. Há pessoas com mais de 60 anos em sua casa? Se positivo, informe: Sim, o próprio respondente () Outros: a) Idade: ____ Sexo: ____ Local de nascimento: _____ Profissão: _____ b) Idade: ____ Sexo: ____ Local de nascimento: _____ Profissão: _____ c) Idade: ____ Sexo: ____ Local de nascimento: _____ Profissão: _____	
4. A casa é própria? _____ Caso positivo, em que ano foi construída? _____ Quem a construiu?	

APÊNDICE 02: Formulário para entrevista entre os moradores idosos da Passagem Pedreirinha, já selecionados dentro do perfil da pesquisa.



Universidade Federal do Pará

Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS)

Mestranda: Priscila Gleyce Nunes Nobre, assistente social

Orientadora: Prof^a Dr^a Heliana Baia Evelin Soria, assistente social

Tema da Pesquisa da Dissertação: A REPRESENTAÇÃO DA MORADIA POR IDOSOS: Um estudo sobre a autoconstrução na baixada de Belém.

Local da Pesquisa: Rua Pedreirinha, bairro do Guamá – Belém- Pará

Dia: ____ / ____ / ____ **Horário**-----às-----**Pesquisador(a):**-----

1)Nome:- ----- 2) Ano de nascimento:- -----

3)Cor:-----4)Profissão:-----

5) Estado civil:-----6) Município e Estado de nascimento: -----

7)Quando chegou a Belém:- -----8)Em que bairro foi morar: -----

9)Qual motivo da vinda para a capital:- -----

10)Como foi a escolha deste local para fixar residência (Passagem Pedreirinha) -----

11)Quem construiu a casa onde você mora atualmente:-----

12)Em que ano começou a ser construída?----- 13) O que representou para você a construção da casa própria?-----

14) Quem reside na casa?- -----

15)O que há de positivo no bairro?-----

16)O que precisa melhorar no bairro para melhor qualidade de vida dos moradores?-----

17) Você participa de alguma associação ou grupo que contribui para a qualidade de vida dos moradores? Caso positivo, qual?-----

APÊNDICE 03: Termo de consentimento da pesquisa entregue aos sujeitos respondentes da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto: **A REPRESENTAÇÃO DA MORADIA POR IDOSOS: Um estudo sobre a autoconstrução na baixada de Belém.**

Esclarecimentos da Pesquisa:

Este projeto tem como objetivo principal investigar o que representou autoconstruir suas moradias para sujeitos hoje idosos da Passagem Pedreirinha no Bairro do Guamá.

A participação dos respondentes que se encontram inseridos neste contexto do estudo contribuirá para que haja a coleta de informações sobre o referido estudo. As informações que permitem a necessária sustentabilidade deste estudo serão obtidas através da aplicação de formulários em entrevistas diretas, o qual não acarretará nenhum prejuízo às pessoas participantes, posto que terão suas identidades preservadas, além do que estarão as mesmas com plena soberania para decidirem a colaborar ou não. O estudo está sendo desenvolvido mestranda Priscila Gleyce Nunes Nobre, da Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará sob a orientação da Prof^a. Dr^a Heliana Baía Evelin Soria e servirá como suporte para a dissertação de Mestrado

Priscila Gleyce Nunes Nobre

Assistente Social

Contato: 81194096

Prof^a Dr^a Heliana Baía Evelin Soria

Telefone: (91)3226.0175

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre o estudo, que me sinto perfeitamente esclarecido(a) sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar do estudo cooperando com a coleta de informações.

Belém, ____/____/____

Assinatura do participante

APÊNDICE 04: Carta de Cessão de Direitos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Belém(PA), ___ de _____ de 2013.

Eu, _____ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, concedida no(s) dia(s) _____ de _____ de 2013, para a mestrand **PRISCILA GLEYCE NUNES NOBRE (RG:)** e para o **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social** usarem-na integralmente ou em partes, **sem restrições de prazos e sem restrições de citações de nomes e imagens de pessoas, inclusive o próprio**, desde a presente data, abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto desta carta de cessão, subscrevo a presente.

Assinatura do entrevistado

Assinatura da mestrand

